

CÂMARA E COLEGIADO SETORIAL DE TEATRO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2005-2010

A Participação Social no Debate das
Políticas Públicas do Setor

Expediente

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Estado da Cultura

Juca Ferreira

Secretário Executivo

Alfredo Manevy

Secretário- Geral do Conselho Nacional de Política Cultural

Gustavo Vidigal

Secretaria do Conselho Nacional de Política Cultural

Coordenador-geral

Marcelo Veiga

Assessor Técnico

Fabiano Lima

Apoio Técnico-Administrativo

Aline Martins Santos

Dayse Santana Gabriel

Juliana Ehlert

Kênia Batista

Comunicação

Bruna Villarim

Presidente da Funarte

Sérgio Mamberti

Diretora Executiva

Myriam Lewin

Diretor do Centro de Artes Cênicas

Marcelo Victor Bones

Coordenadora de Teatro

Heloisa Vinadé

A cultura de um país democrático só é forte, articulada, com plenos poderes de discussão e decisão sobre os temas abordados pela sociedade civil na área, quando almejada com o mesmo objetivo por todos, quando direcionada para um mesmo horizonte. E esse olhar plural na mesma direção tem sido uma das metas alcançadas pelas políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Cultura, ao longo desses 8 anos do governo Lula.

Inseridos no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) como importante ferramenta de articulação de ideias para o setor, os Colegiados – antes conhecidos como Câmaras Setoriais -, foram amplamente articulados na administração do ministro Juca Ferreira. Hoje, agregam valores e conceitos universais ao MinC e à política cultural defendida pela instituição. Isso acontece quando se promove o diálogo permanente do Estado brasileiro com a sociedade, por meio dos diversos segmentos artísticos nacionais como dança, música, teatro, circo, literatura e artes visuais.

Um esforço que permitiu avaliar o quanto avançamos em cada um desses seguimentos em quase uma década de gestão, enfatizando, mais do que nunca, o papel definitivo do Estado na consolidação da política cultural brasileira.

Com o tempo, os Colegiados amadureceram e ganharam legitimidade suficiente para envolver cada um dos segmentos na discussão das principais pautas do setor. Valiosa participação realizada por meio de formulações, avaliações, subsídios, diretrizes e soluções implementadas por essas áreas culturais do país e fornecidas ao Conselho Nacional de Política Cultural. Dirigentes e delegados culturais de todo o Brasil se debruçaram não sobre um vazio, mas sobre uma jornada de sete anos em que o Ministério da Cultura defendeu o direito universal à cultura, a ampliação vigorosa de recursos públicos, a superação do monólogo da renúncia fiscal, promovendo uma revolução conceitual na relação com a sociedade.

Prova dessa vitória é que o MinC voltou a dialogar com o Congresso Nacional, casa para onde envia diversos projetos de lei, transformando a participação da sociedade nos Colegiados em profundo processo institucional.

Com os projetos de lei em trâmite, as lutas superam o nível de mera negociação setorial, reivindicações de recursos corporativos e cooptações da velha política para se transformar em bandeiras globais do setor. A cultura deixa de ser um mundo isolado e passa a ser sujeito de grandes medidas estruturantes, que ampliam seu consenso na cabeça da sociedade brasileira.

É dentro deste contexto favorável ao cenário cultural no Brasil que o CNPC e seus Colegiados Setoriais surgem, ajudando a dar voz e legitimidade às políticas públicas do atual governo federal. Governo esse que tem um compromisso democrático com a sociedade. A sintonia com esse discurso republicano foi reafirmado pelo CNPC com a criação de três novos Colegiados - o das culturas populares, colegiados indígenas e moda -, reafirmando a importância desses segmentos na nossa cultura.

Ciente da necessidade e importância de ampliar o acesso de cada brasileiro à leitura, cinema, teatro, dança, artes visuais, além de estreitar o conhecimento e contatos com nossas culturas populares e indígenas, estamos trabalhando arduamente na reestruturação e construção de novos modelos e propostas de fomento, democratizando o acesso. Algumas dessas novidades são o Procultura (reforma da Lei Rouanet), a modernização da Lei do Direito Autoral e a aprovação, no Congresso Nacional, do Vale cultura. Este último será o primeiro instrumento de política pública que permitirá que cerca de 12 milhões de trabalhadores desfrutem de bens culturais, como ingressos para espetáculos, livros, CDs, DVDs, além de outros acessórios.

O papel do Estado na cultura é, assim, necessário e legítimo. Deve ser democrático, republicano, participativo, presente e prestando serviços para a sociedade como um todo, dando conta da sua singularidade: a universalidade.

Alfredo Manevy

Secretário Executivo do Ministério da Cultura

O conjunto de livros que a parceira Conselho Nacional de Política Cultural/FUNARTE ora publica traz uma síntese de todo o trabalho desenvolvido ao longo do funcionamento das estruturas participativas, criadas no âmbito do Ministério da Cultura, desde seus primórdios, com as Câmaras Setoriais, até o presente momento, com o CNPC e seus Colegiados Setoriais.

Esta rica trajetória, explicitada a cada documento aqui contido, faz parte de um esforço, uníssono, de consolidar esferas de participação social em um campo até então não desbravado, qual seja, a cultura. O ineditismo da empreitada é fruto do interesse não apenas do governo, mas também da sociedade civil. Esforço este que vem consumindo horas e horas de árduo trabalho coletivo, visando, antes de mais nada, consolidar diretrizes e conceitos, propostas de ações e programas, enfim, entendimentos pactuados sobre o norte da política cultural no Brasil.

Os resultados podem ser vistos por todos os lados: Plano Nacional de Cultura, Planos Setoriais para Teatro, Dança, Circo, Música, Artes Visuais, Cultura Popular e Cultura Indígena, novo Fundo Nacional de Cultura e a reforma da Lei dos Direitos Autorais são apenas alguns exemplos de pautas relevantes e que carregam importantes contribuições, feitas a partir dos debates realizados tanto no Plenário como nos Colegiados. Vale frisar que a qualidade desta colaboração, que corroborou com o esforço de aprimorar as ações citadas, é exemplo a ser mostrado aos que, de uma forma ou de outra, ainda veem a participação social como ferramenta para obstruir o bom andamento das políticas pensadas em gabinetes.

As contribuições advindas dos trabalhos das Câmaras, Colegiados e Plenário do Conselho não se restringem apenas ao campo das políticas públicas, vão muito além e influenciam o próprio debate sobre a cultura política de nosso país. Podemos, a partir das experiências relatadas nestes livros, contribuir com a reflexão mais ampla sobre os rumos da participação social, levando em conta, principalmente, os desafios postados à frente do Conselho hoje.

Formação dos conselheiros e conselheiras, avaliação pormenorizada do papel do conselho na vida financeira, administrativa e política do órgão governamental, além da articulação com conselhos estaduais e municipais são exemplos de temas que precisam ser exaustivamente debatidos pelo CNPC e demais conselhos do governo federal. Podemos apontar caminhos interessantes para problemas comuns, que atualmente afetam o processo de democratização do Estado. Além destes pontos, destaco outra contribuição da cultura à agenda participativa, que é contraditória. Se por um lado inovamos ao incorporar, em nossas estruturas institucionais de diálogo com a sociedade, uma parte importante da enorme diversidade de segmentos que compõem o cenário político da cultura, do outro, esta mesma dinâmica intensa de subdivisões torna a tarefa da representação política muito complexa. A lógica da fragmentação dificulta, ainda, a criação de políticas abrangentes.

Mais que questionamentos, estes são pontos fundamentais a serem debatidos, para que possamos fazer avançar a agenda participativa da cultura. E como estas publicações explicitam, muito se avançou.

Gustavo Vidigal

Secretário-geral do Conselho Nacional de Política Cultural

Sumário

PARTE I – Câmara Setorial de Teatro

1. Apresentação	8
2. Relatório 2005	13
3. Relatório 2006	58

PARTE II – Colegiado Setorial de Teatro

1. Apresentação	68
2. Regimento Interno	70
3. Portaria de Nomeação Biênio 2010/2011	74
4. Reuniões	76
5. Pré-Conferências Setoriais	77
6. Análise das Políticas Implementadas	79
7. Fundo Nacional de Cultura: Competências do Colegiado Setorial de Teatro	88
8. Plano Setorial de Teatro	91

PARTE I

CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

1. Apresentação

Formação nas Artes Cênicas e a Memória do Teatro são prioridades para os Colegiados

As Câmaras Setoriais foram criadas com o objetivo de serem instâncias consultivas para a formulação do Plano Nacional de Cultura. Anseio de toda a classe artística, o Plano Nacional de Cultura, ao se tornar realidade, irá nortear as políticas públicas de cultura no Brasil, que não mais ficarão à mercê de mandatos eletivos.

Quando o Ministro da Cultura Gilberto Gil anunciou, em outubro de 2004, a criação das Câmaras Setoriais, coube à Funarte, por meio do Centro de Programas Integrados, articular a implantação do Plano Nacional de Cultura. A partir daí, Antonio Gilberto, na época diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte, e Cristina Pereira, coordenadora da área de Teatro, mais os técnicos da Secretaria de Políticas Culturais do MinC viajaram para Belém, Recife, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, com o objetivo de apresentar à classe artística a proposta geral, bem como a operacionalização da Câmara Setorial de Teatro. Os artistas, mobilizados, propuseram a criação de fóruns estaduais permanentes para elegerem seus representantes da classe teatral e garantir o empenho no convencimento da sociedade civil sobre a importância estratégica de participar efetivamente da elaboração do Plano Nacional de Cultura.

Implantada em junho de 2005 no Teatro Glauce Rocha, no Rio de Janeiro, a Câmara Setorial de Teatro foi estabelecida como instância de diálogo entre artistas e gestores governamentais, a partir da definição de algumas ações essenciais imediatas. Tributação, Legislação e Fomento foram os temas da primeira reunião que, além da presença de membros representando todas as regiões brasileiras, contou com profissionais da cadeia produtiva, especialistas da Delegacia Regional do Trabalho e um Auditor Fiscal do Tesouro Nacional.

Durante a atuação da Câmara Setorial de Teatro foram realizadas sete reuniões presenciais e videoconferências, durante as quais foram elaboradas 48 diretrizes e 107 linhas de ação. Os grandes eixos que nortearam as discussões da CST foram: Formação, Fomento, Produção, Difusão, Pesquisa, Memória, Legislação e Tributação. Muitas vitórias foram obtidas nesse período, por meio de debates, como a inserção do Teatro na Lei do Sistema Integrado de Impostos e Contribuições, o Simples, reduzindo substancialmente os custos de produção.

Por ocasião da terceira reunião, realizada em Brasília, os representantes setoriais, em audiência com a Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação do Senado, bem como com o presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, entregaram um documento em que três pontos foram listados como principais: o não contingenciamento do Orçamento da Cultura para o ano de 2005; uma Emenda Orçamentária para Fomento ao Teatro e à Dança em 2006 e uma Lei Federal para Fomento ao Teatro e à Dança.

A importância desse encontro entre representantes das diversas regiões do país, tendo como objetivo discutir as ações necessárias ao fortalecimento das Artes Cênicas nacionalmente, foi uma das conquistas mais significativas das Câmaras Setoriais. Graças a essa união e a esse esforço coletivo, obtiveram sucesso as

propostas apresentadas para aprovação na Comissão de Educação e Cultura da Emenda Orçamentária, destinando R\$ 100 milhões para o Fomento ao Teatro e à Dança em 2006; o aumento da verba destinada aos Prêmios Myriam Muniz e Klaus Vianna, que dobrou de valor em 2005; a elaboração de um Projeto de Lei de Fomento ao Teatro a ser enviada ao Congresso; o fortalecimento, por meio de abaixo assinado, de campanha pela aprovação da PEC 150/2003 — que estabelece um mínimo de 2% para o Orçamento Federal da Cultura, 1,5% a nível estadual e 1% a nível municipal — cujo relatório obteve manifestação favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para cada eixo de discussão do Colegiado Setorial de Teatro, foram definidas as principais diretrizes para atuação. Nas discussões sobre o eixo Fomento, colocou-se a necessidade de uma Lei Federal para Fomento ao Teatro, que torne possível a criação de programas de implantação e de revitalização de teatros em todos os municípios e garantir ações que possibilitem a cessão e a manutenção de espaços ociosos para atividades teatrais. Deve garantir também o equipamento técnico necessário para novos espaços culturais, bem como a conservação e manutenção dos espaços já existentes.

A implantação de cursos de Licenciatura em Teatro em todos os estados da Federação foi a principal diretriz do eixo Formação. Os cursos irão contribuir para a democratização dessa arte, que deve ser incluída como disciplina obrigatória na grade curricular da Educação Fundamental, a ser ministrada por professores licenciados em Teatro. Outra proposta é a criação pelo MEC de projeto para Formação na Área de Teatro; e a adoção de um Programa Nacional de Treinamento Técnico em Teatro, a ser implantado por meio de parcerias entre a Funarte, as unidades do Sistema S - SENAC, SESC, SESI, SEBRAE - e as TVs públicas e educativas, cabendo à Funarte a coordenação. Essas medidas requerem a criação de uma Rede de Projetos para Formação de Plateia, envolvendo esforços dos gestores de Cultura das esferas federal, estadual e municipal.

O eixo Difusão mereceu especial atenção. A circulação e a difusão do Teatro no Brasil só serão possíveis a partir da adoção de programas de subsídio, cujas normas sejam garantidas por lei, tendo estados e municípios como parceiros dos produtores teatrais. Tal medida deve contemplar o Teatro de Rua com a criação de um Programa Nacional de Difusão de Teatro de Rua, democratizando assim o acesso aos espetáculos pela população. Essa lei deverá ainda garantir o repasse de recursos financeiros para a realização de festivais e mostras teatrais em todo o país.

Nas discussões sobre o eixo Gestão, definiu-se a necessidade de uma pesquisa em escala nacional sobre as estatísticas do setor teatral. O mapeamento, que poderá ser realizado pelo IBGE ou outro instituto de pesquisa por meio de convênio, servirá para diagnosticar falhas e problemas na administração de programas. A Câmara Setorial de Teatro deverá fornecer ainda os parâmetros que irão nortear a pesquisa.

Ponto polêmico para gestores e produtores, o eixo Tributação também requer uma lei que vise à isenção fiscal para as atividades culturais. A preservação da memória

do Teatro — último eixo de discussão — deve ser incentivada por meio da criação de Centros de Referência estaduais, os quais deverão manter um banco de informações na internet. A administração desses centros poderá ser definida pelas Secretarias de Cultura.

É importante salientar que todas as Diretrizes e Planos de Ação discutidos e extraídos nas reuniões das Câmaras Setoriais pretendem subsidiar a formulação de políticas públicas de longo prazo para as artes cênicas. As ações propostas deverão ser avaliadas e corrigidas sistematicamente, para que as propostas apresentadas atinjam seu objetivo, possibilitando o acesso da população à produção teatral. Uma política plural e democrática deve propiciar, junto às entidades e movimentos representados, o fortalecimento do setor, no sentido de avançar e efetivar conquistas fundamentais para o desenvolvimento da arte teatral.

As atividades das Câmaras Setoriais de Cultura ficaram suspensas desde meados de 2006, sendo retomadas em novembro de 2008. Um primeiro encontro em Brasília reuniu representantes dos setores de Dança, de Artes Visuais, do Circo, do Teatro, da Música e do Livro e Leitura, reativando o diálogo com os diversos segmentos artísticos nacionais. Para dinamizar sua estrutura, até então vinculada à estrutura funcional da Fundação Nacional de Artes – Funarte, as CSC passaram a integrar o Conselho Nacional de Política Cultural, além de receber uma nova denominação: Colegiados Setoriais de Cultura.

Na Pré-Conferência de Cultura realizada em março de 2010, em Brasília, o novo Colegiado de Teatro retirou as seguintes propostas prioritárias para o setor:

Produção Simbólica e Diversidade Cultural

Garantir junto ao Ministério da Educação a criação, implantação, ampliação e o fortalecimento de cursos de formação na área das Artes Cênicas, obedecendo às seguintes diretrizes:

1. Acesso à formação em seus diferentes níveis, como educação básica, profissionalizante e continuada;
2. Abrangência das várias instâncias de educação e cultura: educação fundamental, superior, à distância, e também nos pontos de cultura, entre outros equipamentos que possam ser criados para este fim;
3. Reconhecimento e qualificação dos profissionais de notório saber;
4. Reconhecimento das tecnologias da arte em toda a sua abrangência, com apoio à inovação e à pesquisa científica no campo artístico cultural;
5. Utilização das técnicas e ações já realizadas pelo Ministério da Cultura;
6. Observância das especificidades de cada região e seus contextos.

Cultura, Cidade e Cidadania

Criação de programas federais, estaduais e municipais de transformação e utilização de espaços públicos em equipamentos culturais, requalificando, inclusive, áreas urbanas, através de ferramentas que garantam a permanência e continuidade destes equipamentos.

Debater e criar, em comissões paritárias com a sociedade civil, marcos legais nacionais para a plena utilização dos espaços públicos abertos, como equipamentos culturais, levando em conta as especificidades dos diversos segmentos das Artes Cênicas, adequando-os para apresentações artísticas.

Construir, adequar e equipar prédios considerando-os de utilidade pública, inclusive os ociosos existentes, para atividades teatrais, tais como ensaios, atividades formativas, apresentações e afins, ou sede de grupos que desenvolvam ações continuadas.

Cultura e Desenvolvimento Sustentável

Garantir a criação de programas e políticas públicas permanentes de intercâmbio, fomento e circulação da produção teatral, por meio de mecanismos de incentivo, como:

1. Realização de Editais de Teatro para as macro-regiões do país, com critérios que valorizem aspectos de identidades e regionais, respeitando a experiência de artistas ou núcleos artísticos;
2. Criação e implantação do Programa Teatro Mais Cultura, disponibilizando um kit básico de equipamentos (iluminação, som, figurinos, cenários, dentre outros) para apresentações teatrais, priorizando grupos de pequenas comunidades e pequenas cidades.

Cultura e Economia Criativa

Edital para Fundo Setorial de Teatro que contemple manutenção de núcleos teatrais com trabalho continuado, cujos critérios de análise considerem as especificidades regionais, ainda indicando que esta categoria não seja incluída no edital do Prêmio Myriam Muniz.

A divisão orçamentária deste Fundo Setorial considerará como garantia de contemplação a todos os entes federados um piso mínimo e um teto máximo comuns, previsto num orçamento mínimo de 20% do Fundo Setorial de Artes Cênicas. Esses critérios devem ser aprofundados no Colegiado Setorial de Teatro.

Gestão e Institucionalidade da Cultura

Que o Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais – SNIC realize, em caráter de urgência, o mapeamento do Teatro brasileiro, com sua diversidade cultural e seus elos da cadeia produtiva, criando uma plataforma virtual para registro e divulgação da História da Produção Teatral Nacional.

Este mapeamento deve contar com apoio do IBGE, SEBRAE, e entidades estaduais e municipais de economia e estatística, visando subsidiar as ações do MinC – preferencialmente através do pacto federativo – na aplicação dos recursos de financiamento ao Teatro, considerando as realidades de identidades regionais.

As discussões da Câmara Setorial de Teatro, que tiveram prosseguimento com o Colegiado Setorial de Teatro, abordaram aspectos da atividade teatral que até hoje não haviam sido debatidos com a necessária profundidade. A Funarte reconhece a diversidade de ideias e opiniões confrontadas neste foro e reafirma o compromisso de institucionalizar as diretrizes ali definidas. Isso, é claro, não exclui a continua-

de debate de ideias, pois ainda há muito que fazer e os desafios são numerosos. A execução dos projetos definidos nas Câmaras e nos Colegiados deve-se acrescer, portanto, à própria continuidade do debate. Governo e sociedade civil devem estar sempre juntos, elaborando as políticas para o desenvolvimento do teatro, manifestação cultural de importância estrutural para a produção simbólica e para a economia da cultura no Brasil.

Sérgio Mamberti

Presidente da Funarte

2. Relatório 2005

RELATÓRIOS DAS REUNIÕES DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO ANO 2005

ÍNDICE GERAL

REUNIÃO DE IMPLANTAÇÃO

2a REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

3a REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

4a REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

REUNIÃO DE IMPLANTAÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

26, 27 e 28 DE JUNHO de 2005
TEATRO GLAUCE ROCHA
RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

1. Composição da Câmara Setorial de Teatro
2. Introdução
3. Abertura e Esclarecimentos
4. Equalização das Expectativas
5. Análise Situacional
6. Desafios, Diretrizes e Linhas de Ação
7. Próximos Passos
8. Avaliação
9. Lista dos Participantes

1. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

FORMATO

11 representantes Estaduais escolhidos pelos Fóruns de Teatro regionais, com um primeiro mandato previsto até dezembro de 2005. Os Estados de Minas Gerais e Bahia optaram pelo critério de rotatividade de seus representantes. A Amazônia é composta de representantes dos Estados de Rondônia, Acre, Roraima e Amazonas no sistema rotativo.

5 representantes da Cadeia Produtiva do Teatro – Produção, Criação, Difusão e Circulação, Formação, Pesquisa e Memória

5 REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO FEDERAL

- 1 - Representante do MinC
- 2 - Diretor de Artes Cênicas da Funarte
- 3 - Coordenador de Teatro da Funarte
- 4 - Dois representantes de Ministérios com ações transversais: Trabalho, Educação, Relações Exteriores...

11 REPRESENTANTES DOS ESTADOS

- 1 - RS – Marley Danckwardt- titular / Hamilton Garcia Leite - suplente
- 2 - PR – Aluizio Estanislau Cherobim- titular / Cláudio Ivanovich – suplente
- 3 - SP – Ney Piacentini- titular / Carlos Mamberti - suplente
- 4 - RJ – Antônio Carlos Bernardes- titular / Osmar Prado - suplente
- 5 - MG – Gustavo Bartolozzi- titular / Rômulo Duque - suplente Maria Beatriz Mendonça
- 6 - DF – Marbo Giannaccini- titular / Joana Abreu - suplente

7 - BA – Eliene Benício- titular / João Batista Lima - suplente Hirton Fernandes Junior

8 - PE – Oséas Borba Neto- titular / Albemar Araújo - suplente

9 - CE – Maria Eliza Gunther- titular / Oscar Roney Arruda - suplente

10 - PA – Larissa Latif Saré- titular / Carlos Gonçalves – suplente

11 - AMAZÔNIA – Suely Aquerley (RO)-titular / Catarina Ribeiro (RR) – suplente Socorro Papoula (AM) Lenine Barbosa de Alencar (AC)

5 CONVIDADOS DA CADEIA PRODUTIVA DO TEATRO

- 1 - Andréa Alves – Produção
- 2 - Luiz Carlos Vasconcelos – Criação
- 3 - Tânia Brandão – Formação
- 4 - Silvana Garcia – Pesquisa e Memória
- 5 - Márcio Meirelles – Difusão e Circulação

2. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os produtos finais obtidos na reunião inaugural da Câmara Setorial de Teatro, que teve como objetivo pactuar diretrizes e linhas de ação de políticas que promovam a sustentação da cadeia produtiva do teatro, indicando as atribuições da iniciativa privada e do poder público.

Esta reunião inicial centrou-se nos temas indicados previamente como prioridade pelos Fóruns estaduais: Legislação Trabalhista, Legislação Tributária e Fomento.

Participaram: 11 representantes dos Fóruns Estaduais de Teatro, 3 Representantes de Entidades permanentes 3

Representantes da Cadeia Produtiva, 1 Representante da Secretária Regional do Trabalho, e 1 Representante da Secretaria da Receita Federal 7 consultores da Funarte e 1 representante do MinC

Durante os 3 (três) dias de trabalho, foram pactuadas algumas propostas de Diretrizes e Linhas de Ação, a partir dos Desafios (superação futura de dificuldades do presente) por eles identificados.

O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES QUE FORAM PROPOSTAS CONFORME A AGENDA ABAIXO:

	Dia 1	Dia 2	Dia 3
Manhã	- Abertura e esclarecimentos;	- Análise Situacional e Identificação dos Desafios;	- Priorização das Diretrizes e Linhas de Ação; - Definição das Atribuições do Poder Público e da Iniciativa Privada;
Tarde	- Equalizar expectativas; - Esclarecimentos sobre Tributação e Legislação;	- Elaboração das Diretrizes e Linha de Ação;	- Definição dos próximos passos; - Encerramento.

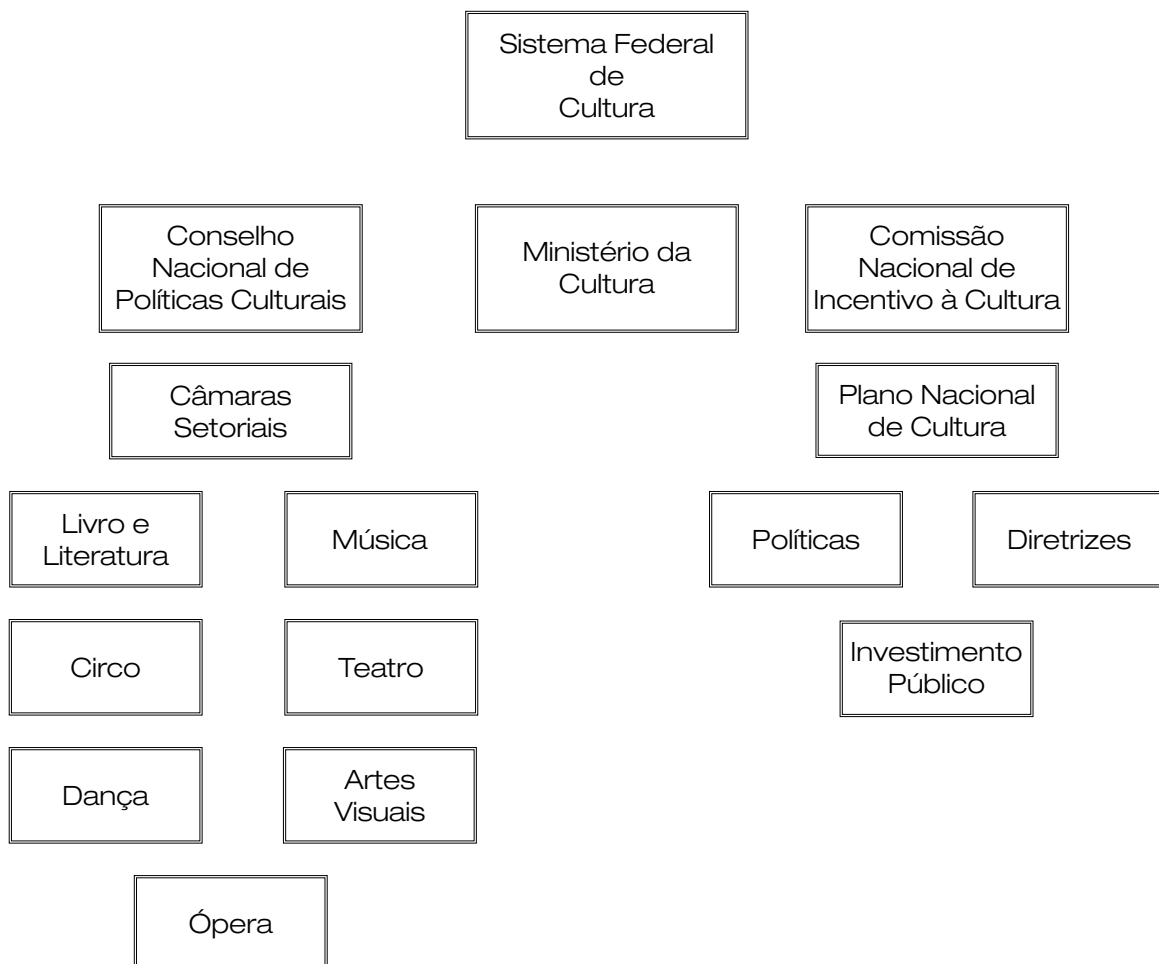
3. ABERTURA E ESCLARECIMENTOS

A fala inaugural de abertura foi realizada pelo Diretor de Centro de Artes Cênicas da Funarte, Antônio Gilberto Porto Ferreira, que apresentou os objetivos da Câmara, seu contexto de criação, fez a apresentação dos convidados e dos representantes da Câmara.

Em seguida, Cristina Pereira, Coordenadora de Teatro da Funarte, e Lucia Pardo, Ouvidora do MinC, apresentaram os demais esclarecimentos sobre

o andamento da reunião e agradeceram a equipe que contribuiu para a realização do evento, aos funcionários do Teatro Glauce Rocha na pessoa de seu administrador. Passaram a fala para o ator Osmar Prado, convidado especial, que falou da importância da implantação da Câmara Setorial e lê um texto de Gilberto Freire.

A seguir, Vitor Ortiz fez os esclarecimentos gerais sobre as Câmaras Setoriais, e mais especificamente, sobre a Câmara Setorial de Teatro, orientada pelo seguinte quadro:



Segundo Vitor Ortiz, pretende-se que as Câmaras Setoriais sejam espaços permanentes de diálogo entre o Estado, a Sociedade e o Setor Privado para a elaboração e pactuação de propostas de Políticas e Diretrizes para elaboração do Plano Nacional de Cultura.

Após as explanações sobre as Câmaras Setoriais os participantes expuseram suas dúvidas gerais relativas ao modo de condução das indicações formuladas e funcionamento da câmara setorial.

Em seguida, o moderador Eduardo Rombauer, explanou sobre o que re-

presenta a Câmara Setorial dentro de um novo modelo de relação entre Estado e Sociedade Civil, em que o Estado começa a se colocar num patamar de igualdade com a Sociedade Civil, que deve a partir disso, passar a dialogar, elaborar e pactuar e não mais apenas reivindicar.

Tânia Brandão, representante da Cadeia Produtiva de Formação, fez uma exposição sobre a evolução do histórico da classe profissional de atores e das desigualdades regionais no que diz respeito à formação de atores. Enfatizou que em uma sociedade democrática não se pode limitar a atuação do

ator em função de exigências quanto a um sistema de formação. Falou a respeito da formação do ator e da platéia, trazendo o teatro como uma necessidade básica do sistema de ensino formal desde os níveis básicos ao nível superior.

Márcio Meirelles, representante da Cadeia Produtiva de Difusão e Circulação, fez um relato sobre o Fórum de Performance Negra, do qual também é representante.

Silvana Garcia, representante da Cadeia Produtiva de Pesquisa e Memória, esclareceu que a questão da pesquisa e da memória passa por vários aspectos e que a Universidade contribui. Enfatizou que é preciso não apenas criar registros mas criar a própria história e se reconhecer nela.

Josué Soares, da Confederação Nacional do Teatro, agradeceu a possibilidade de participar da Câmara e falou sobre a importância histórica desse espaço de discussão conjunta.

O moderador esclareceu o objetivo desta Reunião: Pactuar diretrizes e linhas de ação para políticas que promovam a sustentação da Cadeia Produtiva, indicando as atribuições da iniciativa privada e do poder público.

Também foi apresentada a agenda e metodologia de trabalho, explicando que dentro de cada tema a ser discutido, seria feita uma análise situacional da qual extrairíamos os principais desafios da cadeia produtiva. E que, em seguida, serão elaboradas diretrizes e linhas de ação para dar conta dos desafios apontados anteriormente, e por último, serão apontadas as linhas de ação prioritárias.

Abrindo a tarde de reunião o diretor e dramaturgo Aderbal Freire-Filho fa-

lou de sua experiência de trabalho no Teatro e sobre o desafio de manter a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), mais antiga associação de classe de Teatro e abordou algumas questões tributárias.

4. EQUALIZAÇÃO DAS EXPECTATIVAS

O moderador apresentou a seguinte questão aos participantes: Qual a sua expectativa em relação à Câmara Setorial de Teatro? Os mesmos responderam por escrito em tarjetas que foram afixadas em painéis e lidas:

- Diminuir a distância cultural deste país, revitalizar a Fundação Nacional de Artes Cênicas e valorizar a cultura e quem a produz;
- Capacitar os Agentes Culturais e formar e capacitar lideranças;
- Que sirva de interface entre a sociedade e o governo;
- Que ela acabe com o "achismo" do dirigente cultural de plantão e seja um espaço real de representação das diferenças do país;
- Pensar dentro de uma construção coletiva as Políticas Públicas para o Teatro brasileiro;
- Que seja um canal de interlocução entre governo e sociedade;
- Que seja implantada com a capacidade para encaminhar necessidades para o Teatro;
- Que a estrutura da Câmara Setorial fique estabelecida além do governo e partidos e saber que e quantos somos;
- Política que chegue em todo Brasil;
- Que se cumpra o objetivo proposto;
- Que se estabeleça um diálogo produtivo entre o Estado e a Sociedade;

- Que a gente consiga simplificar, fazer escolha e focar;
- Que a legislação trabalhista chegue mais próximo a uma realidade social;
- Que ela realmente influencie na Política Cultural;

ESCLARECIMENTOS SOBRE TRIBUTAÇÃO E LEGISLAÇÃO

Após a apresentação e a equalização de expectativas, deu-se início aos esclarecimentos gerais sobre os temas de Tributação e Legislação com Márcia Jovita Moreira Novelo, Auditora Fiscal da Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (MTE) e Lauber Peixoto, Auditor Fiscal do Tesouro Nacional.

5. ANÁLISE SITUACIONAL

Antes de dar início a análise situacional conforme a agenda programada, por solicitação do grupo, foi aberto espaço para cada participante colocar o posicionamento do estado que representam a respeito dos temas Fomento, Legislação Tributária e Legislação Trabalhista. A situação do teatro frente a cada um desses temas, apresentada nas falas dos participantes, foram registradas pelo moderador no seguinte quadro, revisto e complementado com o grupo:

A) Como percebemos a situação atual do Teatro frente a Legislação Trabalhista vigente?

- Temos uma plataforma política pequena/pouca margem de ação;
- Não há consenso da classe artística para propor mudanças;
- Há pouca representação dos

trabalhadores em geral no Fórum da CLT;

- A Lei 6533, que regulamentou a atividade artística, está defasada;
- Já há jurisprudência para direitos conexos;
- A maioria dos profissionais do Teatro trabalham na informalidade;
- Legislação tem foco industrial, não é adequada para a artesanal;
- Há dois tipos de instituição para produção de teatro: empresa e cooperativa/grupos, sendo que esta última estão sendo sobre taxadas;

B) Como percebemos a situação atual do Teatro frente a Legislação Tributária vigente?

- Já houve reforma tributária;
- Não existe uma tributação específica para a atividade artística teatral;
- A classe profissional artística ainda não tem força para promover mudanças na Legislação;
- A maioria dos estados não têm instituições reguladoras (associações, sindicatos, etc.);
- Lei não estabelece diferença clara para grupos profissionais e amadores;

C) Como percebemos a situação do fomento na Cadeia produtiva de Teatro?

- Lei Rouanet não funciona na região Norte;
- Existe um conflito entre incentivos e fundos públicos;
- Lei de incentivo não é Política Pública;
- Instituições públicas e fundações empresariais usam a Lei de incentivo;
- O contingenciamento do MinC barra o teatro;
- O orçamento do MinC fica no eixo Rio-São Paulo;
- Os critérios para aprovação de editais das estatais não são públicos;
- Fundo Nacional de Cultura tem uma "caixa preta";

6. DESAFIOS, DIRETRIZES E LINHAS DE AÇÃO

Para orientar a elaboração dos desafios pelos participantes da Câmara foi apresentada a seguinte questão: Quais os principais desafios do teatro dentro de cada tema?

Após a elaboração dos desafios, estes foram pactuados em plenária e foi apresentada a questão para orientar a elaboração das diretrizes e linhas de ação: Quais as diretrizes e linhas de ação para dar conta dos desafios apresentados?

As respostas foram elaboradas inicialmente em grupos, em seguida reformuladas e pactuadas em plenária, obtendo-se o painel a seguir.

Cabe aqui destacar que, por haver uma redução no tempo, consequência de atrasos de alguns participantes e uma série de interrupções durante as atividades para que alguns participantes resolvessem divergências e conflitos entre si e com a FUNARTE sobre questões de ordem, o quadro ficou por ser terminado via lista eletrônica e no próximo encontro. Pelo mesmo motivo não foi possível priorizar linhas de ação e indicar as atribuições do Poder Público e da Iniciativa Privada.

FOMENTO		
Desafio	Diretrizes	Linhas de Ação
Instituir uma política de Estado para o desenvolvimento do teatro integrando Federação, Estados e Municípios.	1. Criação de uma instância partidária para formulação de propostas para o teatro, com dotação própria no orçamento da União;	1.1 Desenvolver um projeto de Lei e encaminhar para o Congresso;
	2. Fomentar a produção teatral em todas as suas etapas (criação, produção, difusão) através de um programa nacional (empresarial, amador e de grupos e companhias)	2.1 Programa de qualificação de teatros de referência, em rede, em todos os estados; 2.2 Programa de Implantação e/ou revitalização de teatros em todos os municípios; 2.3 Circulação de Espetáculos, apoio a festivais e edição de livros; 2.4 Projetos de média e longa duração, dando suporte à manutenção de espaços, instituições e grupos teatrais; 2.5 Manutenção da Lei Rouanet, corrigindo suas distorções;
	3. Programa Nacional de financiamento para o Teatro.	3.1 Abertura de linhas de crédito para recuperação de teatros (públicos e privados) e produção teatral.

Legislação Trabalhista		
Criar condições jurídicas para tirar o teatro da informalidade;	1. Criar dispositivos para as diversas formas de produção;	1.1 Buscar assessoria jurídica para formular a proposta;
	2. Atualização das funções do artista (anexo 82385 da Lei 6533);	2.1 Levantar as novas funções junto as entidades;

Legislação Tributária		
Acesso ao SIMPLES às produtoras e empresas teatrais;	1. Acrescentar a categoria teatral na Lei do SIMPLES;	1.1 Buscar assessoria jurídica e contábil para formular a proposta;

7. PRÓXIMOS PASSOS

Foram definidos os temas das próximas reuniões, cujas datas serão ainda definidas.

2ª. Reunião – Tema: Produção, Difusão, Consumo e Fomento

3ª. Reunião – Tema: Formação e Memória/Pesquisa

4ª. Reunião – Tema: Balanço do trabalho do ano e planejamento da Câmara para 2006.

Outros encaminhamentos:

- Pesquisar a distribuição dos recursos das empresas pela Lei Rouanet;
- Pesquisar quais são as atividades isentas de impostos;
- Elaboração de um estudo da economia do teatro;

- Fazer lobby no congresso (para isenção de impostos e inclusão do Teatro no simples).

Este momento foi finalizado com uma diálogo aberto com o presidente da FUNARTE, Antônio Grassi, sobre o futuro da Câmara Setorial e das Políticas Públicas de Teatro.

8. AVALIAÇÃO

Ao final o moderador apresentou as seguintes questões, que foram respondidas por escrito:

O que foi bom? O que pode ser melhorado?
As respostas seguem transcritas no quadro:

O que foi bom?	O que pode ser melhorado?
<i>A possibilidade de ser bom.</i>	<i>Que continue a acontecer pois no fazer se aprimora.</i>
<p>1. a oportunidade do debate com outros Estados brasileiros sobre um tema – política para o teatro.</p> <p>2. a metodologia proposta.</p> <p>3. a disposição da equipe da FUNARTE para o diálogo.</p> <p>4. a troca de ideias.</p>	<p>1. o respeito dos representantes dos Estados pelos colegas, dispondo-se a ouvi-los e a não monopolizar as discussões.</p> <p>2. maior objetividade dos participantes nas colocações.</p>
<i>É sempre bom estar reunindo entre fazedores de arte e discutindo, construindo condições mais necessárias para o Teatro.</i>	<i>Podemos melhorar a participação através de mais informações que nos possibilitem a ampliar os conhecimentos dos assuntos tratados nas reuniões.</i>
<p><i>Contato e troca de experiências com os representantes de todo o país.</i></p> <p><i>Estabelecimento de uma rede de comunicação entre todos os Estados.</i></p> <p><i>Possibilidade de sistematização de ideias e da resolução de problemas comuns coletivamente.</i></p>	
<i>Foi bom o encontro. O levantamento das questões. O Desafio.</i>	<i>Podem ser melhorada a organização, a comunicação entre nós.</i>
<p><i>O encontro</i></p> <p><i>A tentativa</i></p> <p><i>As possibilidades</i></p> <p><i>As intenções.</i></p>	<p><i>A organização prévia de cada participante.</i></p> <p><i>A tolerância.</i></p> <p><i>A vontade de resolver os problemas do Teatro e não os nossos.</i></p>
<i>Ter a oportunidade de trabalhar e pensar políticas teatrais para todas as regiões.</i>	<i>As informações.</i>
<p><i>Dialogar cara-a-cara com os colegas de outros Estados e conhecer um pouquinho a realidade de cada um.</i></p> <p><i>Também o fato de termos criado um canal de diálogo entre os fazedores de Teatro do Brasil.</i></p>	<i>Mais tolerância às ideias de cada um e respeito ao direito de opinião do colega.</i>
<i>Foi bom conhecer pessoas diferentes e conhecimentos novos.</i>	<i>Uma união de todos, pensar antes de falar, ajudar na elaboração do próximo assunto.</i>
<i>Foi bom conhecer a realidade do Brasil como um todo.</i>	<i>A dinâmica do trabalho, afinal de contas acho que as pessoas de teatro devem conhecer bem dinâmicas e terem seus tempos de pensar, falar e discutir respeitados.</i>
<i>As discussões, o quebra-pau, reconhecer as diferenças.</i>	<i>Aprofundar as questões! Chegar a mais linhas de ação!</i>
<i>A expectativa de uma ação participativa de quem faz o teatro na elaboração de políticas públicas.</i>	<i>A inter-relação entre os estados/regiões com a FUNARTE no sentido de melhorar as informações.</i>
<i>A inter-relação entre os estados/regiões com a FUNARTE no sentido de melhorar as informações.</i>	<i>Objetivar os temas para obtenção de resultados mais rápidos. Troca de comidas típicas.</i>

9. LISTA DOS PARTICIPANTES

FUNARTE

Antônio Grassi – Presidente
Antônio Gilberto Porto Ferreira - Diretor do Centro de Arte Cênicas
Cristina Pereira – Coordenadora de Teatro
Vitor Ortiz – Gerente Geral de Programas
Heloísa Vinadé – Assessora da Câmara Setorial de Teatro
Mayalu Matos - Assessora das Câmaras Setoriais
Janaína Botelho – Assessora da Gerência de Programas
Eduardo Rombauer – Moderador
Sumaya Cristina - Assistente do Moderador
Lúcia Pardo – Ouvidora do MinC / RJ

REPRESENTANTES DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

Marley Danckwardt - RS
Alúzio Cherobim – PR
Ney Piacentini – S P
Antônio Carlos Bernardes – RJ
Rômulo Duque – MG
Marbo Giannaccini – DF
João Batista Lima – BA
Oséas Borba Neto – PE
Oscar Roney Arruda – CE
Jean Duarte – PA
Socorro Papoula – Amazônia

CADEIA PRODUTIVA

Tânia Brandão- Formação
Silvana Garcia – Pesquisa e Memória
Andréa Alves – Produção
Márcio Meirelles – Difusão e Circulação

CONVIDADOS ESPECIALISTAS

Márcia Jovita Novelo – Auditora Fiscal da Delegacia Regional do Trabalho
Lauber peixoto – Auditor Fiscal do Tesouro Nacional

CONVIDADOS ESPECIAIS

Osmar Prado - ator
Aderbal Freire-Filho – diretor de teatro

REPRESENTANTES DE ENTIDADES

Betina Viany – SATED/ RJ
Josué Soares - Confenata Sudeste

2ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

19, 20 e 21 DE SETEMBRO DE 2005
PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA
SALA CÂNDIDO PORTINARI
RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

Pauta

Lista dos participantes

Introdução dos temas

Sérgio Xavier – Fomento

Nós críticos - Linhas de ação - Fomento/Produção

Desafios - Linhas de ação - Produção

Diretrizes e linhas de ação - Difusão e consumo

Próximos passos

PAUTA

A 2ª reunião da Câmara Setorial de Teatro discutirá os seguintes temas:
PRODUÇÃO, FOMENTO, DIFUSÃO E CONSUMO

LISTA DOS PRESENTES

FUNARTE

Antônio Gilberto Porto Ferreira – Diretor do Ceacem
Cristina Pereira- Coordenadora de Teatro
Vitor Ortiz – Gerente Geral de Programas
Eliane Suarez – Assessora da Gerência de Programas
Janaina Botelho Guerreiro – Assessora da Gerência de Programas
Heloísa Vinadé – Assessora da Câmara Setorial de Teatro
Mayalu Matos – Assessora das Câmaras Setoriais
Lúcia Pardo – Ouvidora do MinC /RJ

CONVIDADOS

Flávio Oliveira – Central Globo de Comunicação – Difusão
Letícia Pimenta – Editora da Revista Programa do Jornal do Brasil – Difusão
Fábio Ferreira – Núcleo de Festivais de Teatro – Difusão
João Ponte e Stella Stephany – Divulgadores – Difusão e Consumo
Paulo Flores – Diretor do Grupo Ol
Nóis aqui Traveis – Produção
Sergio Xavier – Secretário de Fomento do MinC - Fomento

Representantes da Câmara Setorial de Teatro

Marley Danckwardt – Rio Grande do Sul

Aluizio Cherobim – Paraná
Ney Piacentini – São Paulo
Osmar Prado (suplente) – Rio de Janeiro
Demétrio Nicolau – Rio de Janeiro*
Gustavo Bartolozzi – Minas Gerais (rotativo)
Marbo Giannaccini – Distrito Federal
Eliene Benício – Bahia (rotativo)
Oséas Borba Neto – Pernambuco
Oscar Roney (suplente) – Ceará
Larissa Latif Saré - Pará
SuelY Aquerlei – Amazônia

* Na ausência do titular do representante do Rio de Janeiro e na impossibilidade do suplente participar nos 3 dias de reuniões, Demétrio Nicolau esteve presente representando Antônio Carlos Bernardes.

CADEIA PRODUTIVA

Luiz Carlos Vasconcelos – Criação e Produção
Andréa Alves – Produção

O Ministro Gilberto Gil esteve presente no 2ª dia de reunião e fez uma pequena "fala".

DIFUSÃO	
Nós Críticos	Linhas de Ação
<p>1. Prêmio Myriam Muniz e Klaus Vianna – o que é preciso fazer para que os recursos sejam liberados?</p> <p>2. No jornal se dá mais destaque a coluna social do que a cultura</p> <p>3. Como divulgar no jornal um espetáculo que dura 2 dias?</p> <p>4. O preço da pauta, em teatros públicos, é elevado</p> <p>5. O espaço no teatro é destinado a espetáculos que ficam em cartaz mais tempo</p> <p>6. O braço do MinC não alcança as regiões sul, norte e nordeste.</p>	<p>1. Formular programas de ação: - Captação de parcerias (estaduais + iniciativa privada) para o Prêmio Funarte de Teatro. - Ida ao senado</p> <p>2. Priorizar espaços para os grupos mais experientes</p> <p>3. Ampliar a divulgação criando boletins de divulgação</p> <p>4. Funarte associar-se ao SESC na circulação – Palco Giratório</p> <p>5. Que a Câmara faça comparativo de políticas públicas</p> <p>6. Prêmio Myriam Muniz – ação conjunta com iniciativa privada para levantar o montante de cada região</p> <p>7. Quais experiências deram certo no Teatro?</p> <p>8. É preciso que haja articulação entre governo federal, estadual e municipal para fomentar os investimentos na cultura</p> <p>9. Descobrir quais são os grandes problemas, os grandes gargalos, o que tem dado certo e o que tem dado errado/ - Mapear as potencialidades e as fragilidades para decidir qual caminho trilhar - O que é preciso fazer para que o governo perceba que a cultura gera renda, emprego, consumidor,...</p> <p>12. Motivar os institutos a atenderem o produtor independente</p>

Início da participação dos convidados.

Espaço do Teatro na mídia da TV Globo

Flávio Oliveira da CGCOM falou da importância que a TV Globo dá ao Teatro como por exemplo as inserções diárias na sua programação de anúncios de peças em cartaz nas capitais.

Espaço do Teatro na mídia impressa

Letícia Pimenta do JB falou da dificuldade, cada vez maior, do jornal dar espaço para o teatro. Depois da apresentação destes con-

vidados começaram as participações dos representantes .

O artista para obter desconto expressivo em jornais tem a obrigatoriedade de anunciar somente naquele jornal – difusão restrita

O teatro não tem espaço na mídia e também carece de críticos especializados.

A Associação de Produtores tenta incentivar o anúncio dos espetáculos teatrais na revista especializada APLAUSO – o fator negativo é que a circulação da informação fica restrita

ta a um público bem definido/específico que não é o público formador de opinião.

Boletim eletrônico para divulgação foi a saída adotada pelo Nordeste para divulgar a agenda cultural.

Sugestão Osmar Prado (Rio de Janeiro) – fazer uma caravana que vá até o Ziraldo (Jornal do Brasil), para que não se perca o espaço dos “tjolinhos” (divulgação de agenda cultural)

Sugestão Marbo (Brasília) – criação de um Fundo de Apoio à Cultura através de uma política pública onde serão analisadas as montagens dos espetáculos que entrarão em cartaz e, apoiar na mídia aquele que mais precisar de apoio para montar a peça.

Sueli (Rondônia) – utilização de mídia eletrônica é o meio mais usado para divulgação e sugere a criação de um boletim regional

Larissa (Pará) – existem 5 teatros estaduais em Belém mas a pauta é muito cara, assim os grupos não têm acesso a esses espaços.

- Não existe uma política editorial.
- Não há crítica especializada

Fábio Ferreira - Núcleo de Festivais de Teatro - Difusão

- Sociedade civil, sem fins lucrativos que define festivais de artes cênicas como caráter público.

- Para dar estabilidade aos festivais é feito um levantamento dos números alcançados/realizados nos festivais (2004 – 5 festivais alcançaram um público de 5 milhões de pessoas) e ter eventos formativos (workshops, palestras,...) com ingressos gratuitos. Estas medidas resultam em projetos de cir-

culação, com alinhamento das datas dos festivais.

- Teatro tem realizações muito poderosas – importância dos grupos pesquisar seus números.

João Pontes e Stella Stephany – Difusão e Consumo

O papel do divulgador: um pouco de história

- O papel do divulgador – deve trabalhar com a realidade como ela é, e não como deveria ser.

- É necessário desenvolver uma estratégia de divulgação – não se pode ficar preso a um ou outro jornal e estar presente em tudo: programas, entrevistas, e-mail, matérias, capas.

- Hoje em dia não há mais essa possibilidade de capas para pré-lançamentos. Há uma diminuição do espaço muito grande e uma disputa entre os divulgadores.

. Opções: jornais do metrô, revistas semanais/mensais, desenvolvimento de uma relação por e-mail (diferente de enviar simplesmente a divulgação tem que manter uma troca através do correio eletrônico).

. Trabalho árduo porque tem que pensar nas ferramentas que existem – é necessário criatividade para compensar a carência.

. Nota-se também uma mudança no perfil do leitor. A questão é como falar do teatro nesse mundo de hoje. Uma coisa boa seria uma coluna de teatro uma vez por semana.

Intervalo para almoço

TARDE

Sérgio Xavier – Fomento

- Verbas vindas de emendas podem garantir a criação de teatros e de patrocínios de eventos.

- FNC – não é a solução para empresas. É voltado para projetos que não são de interesse das empresas privadas.

- O mercado financia os projetos que dão um bom retorno.

- Lei Rouanet (8.313/91): no 1º semestre de 2005 já cresceu 27% mais que o mesmo período de 2004, com uma tendência a melhoria na distribuição de recursos.

- Captação para o teatro: parcial em 2005 R\$ 230 milhões

- Ações para ampliar investimentos e equalizar a distribuição de recursos:

I. Conselhos SNC (Sistema Nacional de Cultura) – Câmaras Setoriais – Entidades apresentam mapas das carências para investimento

II. MinC reserva o recurso compatível e convida empresas para investimento

III. Investidores definem quanto e onde desejam investir

IV. MinC + Representantes de investidores + Representantes do segmento (CNIC) elaboram editais e compõem conselho do processo seletivo

V. Projeto selecionado tem recurso assegurado

VI. MinC concede a empresa Selo de Responsabilidade Cultural

- Outras ações propostas:

I. Incentivo de 100% de isenção fiscal para o teatro

II. Mostrar aos possíveis patrocinadores que a cultura agrega mais valor a imagem do que publicidade convencional

III. Criação de selos

IV. Criação de Prêmios Estaduais

V. Melhorar a comunicação através de sites, novos impressos, palestras

VI. Articulação para inserção no mercado internacional – Projeto E.U.A

- Projeto Estados Unidos: através de um processo seletivo, artistas brasileiros circularão por 120 centros espalhados pelo país, apresentando seus trabalhos. Os centros custearão a turnê (passagens dentro do país, hotel, etc.) e o MinC arcará com o transporte do Brasil para os Estados Unidos.

- O Plano Nacional de Cultura vai ser regido pelo Conselho Nacional de Políticas Culturais e prevê como contrapartida para a participação dos estados e municípios:

a) instrumentos de financiamento próprio

b) criação de um órgão de gestão na cultura

c) conselho estadual/municipal de cultura

d) participação no Sistema Nacional de Cultura

Gilberto Gil, Ministro da Cultura, esteve presente na reunião. Falou que é necessária a criação de um projeto institucional para garimpar as propostas a fim de buscar os interessados em patrocinar a cultura. Disse ainda, que a criação das câmaras setoriais tem sido valiosa porque possibilita juntar os segmentos e discutir os pontos críticos e buscar soluções.

Depois da saída do Ministro Gilberto Gil se iniciou a participação da plateia (representantes Estaduais e convidados da Cadeia Produtiva), com perguntas ao Senhor Sérgio Xavier, sobre sua explanação do tema Fomento.

Eliene (Escola de Teatro da Bahia) perguntou ao secretário como é feita a distribuição dos patrocínios captados e quais são os critérios. Sérgio

Xavier respondeu que todo dinheiro do FNC é liberado por meio de edital e que 90% dos recursos foram por processos seletivos.

20 DE SETEMBRO – MANHÃ

TEMA: FOMENTO

DISCUSSÃO A PARTIR DO DOCUMENTO DA 1ª REUNIÃO DE IMPLANTAÇÃO DA CÂMARA

DIRETRIZ 1: POLÍTICA DE ALCANCE DE PRODUÇÃO E ACESSO DA POPULAÇÃO AO TEATRO

Nós Críticos	Linhas de Ação
<i>a) o município faz fomento, o estado não tem definição e a federação só tem circulação</i> <i>b) falta de espaços para a continuidade de grupos e companhias teatrais</i> <i>c) falta de acesso aos teatros públicos</i> <i>d) altas taxas para a pessoa física</i> <i>e) grupos que não possuem CNPJ não podem se inscrever em prêmios e editais</i>	<i>a) Que a Câmara saia dessa reunião com atribuições</i> <i>b) Desenvolver e apresentar um projeto de lei</i> <i>c) Que o Prêmio Myriam Muniz venha e com recursos do FNC</i> <i>d) Disponibilizar espaços públicos ociosos, a nível federal, estadual e municipal para utilização de peças teatrais</i> <i>e) Criação de edital de implantação e/ou revitalização de teatros em todos os municípios garantindo o acesso público e democrático desses espaços</i> <i>f) Disponibilizar espaços ociosos para a continuidade de grupos e companhias de teatro.</i> <i>g) Criação de cooperativas e associações – esta é a saída inicial para que os grupos que não têm CNPJ possam ter acesso à verba pública</i> <i>h) Projetos – capacitar os profissionais de teatro na montagem de projetos</i> <i>i) Legalidade dos grupos através da Lei do Simples (quando aprovado pelo Congresso)</i> <i>j) Criar a figura de agente cultural para pessoa física</i> <i>k) Dificuldade para elaborar projetos</i> <i>l) Criação de edital de qualificação de teatros de referência, em rede, em todos</i>

DIRETRIZ 2: DESENVOLVER E APRESENTAR UM PROJETO DE LEI DE FOMENTO QUE POSSA SER APROVADO NO CONGRESSO

Leis apresentadas e discutidas:

- a) Lei São Paulo
- b) Prêmio Myriam Muniz

Nós Críticos	Diretriz 2	Linhas de Ação
<ul style="list-style-type: none"> a. Espaço físico próprio b. Não contempla grupos iniciantes c. Abrangência do projeto é de 6 meses a 1 ano d. Textos, sinopses ou desenvolvimento da dramaturgia. e. Pauta ou reserva de teatro f. O currículo está sendo solicitado nos dados e documentos g. SBAT não possui representação de todos os autores h. Valores e metodologia para distribuição – cada fórum mandará uma proposta que será estudada pelo grupo com debates através da internet i. O currículo está sendo solicitado nos dados e documentos 	<p>Desenvolver e apresentar um projeto de lei de Fomento que possa ser aprovado no Congresso</p>	<p>Projeto de Lei Fomento – baseado no Prêmio Myriam Muniz</p>

DIRETRIZ 3: A DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA AS REGIÕES DEVERÁ SER REEXAMINADA

Diretriz 3	Linhas de Ação
<p>A divisão orçamentária para as regiões deverá ser reexaminada</p>	<ul style="list-style-type: none"> a) Para participar o grupo precisa comprovar no MinC, no mínimo, 1 trabalho. b) Espaço físico – aluguel, comodato, cessão do espaço ou próprio c) Apresentar 1 cópia de texto para teatro (houve uma proposta nesse sentido, de ser válido apresentar sinopse e outras modalidades) d) Reserva de pauta - retirar o parágrafo ou alterar o texto O currículo deverá ser incluído no projeto técnico e) Declaração do autor do texto ou seu representante legal f) Incluir dados necessários ou histórico do grupo ou proponente g) Termo de compromisso dos envolvidos no projeto h) Comissão de seleção – paridade entre indicados pelo governo e entidades i) Incluir o teatro de rua na cláusula 2.2, linha A do Prêmio Myriam Muniz

21 DE SETEMBRO-MANHÃ

TEMA: PRODUÇÃO

Material fornecido por Eliene Benício, representante da Bahia e professora da UFBA

DIRETRIZ 1: CONTEMPLAR ATRAVÉS DAS VERBAS DO FUNDO NACIONAL DE CULTURA (FNC), AS VÁRIAS CATEGORIAS, DE PRODUÇÃO EM SUAS ESPECIFICIDADES

Desafio	Linhas de Ação
<i>Garantir o acesso democrático às verbas federais para a produção teatral e promover intermediação entre criadores/produtores e empresas pela União para patrocínio de projetos.</i>	<ol style="list-style-type: none">1. Criação de editais diferenciados para: amadores, profissionais, pessoas físicas, empresas, grupos, cooperativas.2. Criação de linhas de subvenção para produção teatral.3. Incentivo especial para projetos artísticos de pesquisa e vanguarda.4. Criação de linha de financiamento direto para produção de projetos com pagamento em forma de contrapartida social

DIRETRIZ 2: FACILITAR ACESSO À INFORMAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES DO MINC

Diretriz 2	Linhas de Ação
<i>Facilitar acesso à informação e a participação nas ações do MinC</i>	<ol style="list-style-type: none">a) Ampliação da representatividade da classe artística nas comissões julgadoras de concorrência pública.b) Criação de representações da Funarte em cada estado.c) Criação de instrumentos específicos para ampla divulgação desses editais (sites, serviços telefônicos, etc)

DIRETRIZ 3: REVISÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE RELACIONADA A PRODUÇÃO TEATRAL NAS SEGUINTE ÁREAS: TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA; LEI ROUANET; LEI DE DIREITOS AUTORAIS.

DISCUSSÃO DO GRUPO SOBRE AS DIRETRIZES 1, 2 E 3:

Nós Críticos	Linhas de Ação
<p>a) Pauta nos teatros – altas taxas b) Leis de Incentivo – falta capacitação para utilizá-la c) Os grupos e cias locais não têm acesso aos teatros públicos d) Carência de técnicos no teatro e) Falta levantamento do MinC/ Funarte sobre a produção teatral como um todo (Cadastramento com diagnóstico) f) Datas já cedidas em teatros públicos são canceladas sem avisar os participantes da CARAVANA FUNARTE g) Paternalismo e falta de mobilização da classe teatral h) Falta de informação para formatação de projeto i) Fragilidade da política cultural em todas as esferas: federal, estadual e municipal</p>	<p>a) Regulamentação das pautas dos teatros públicos b) Criação de um cadastro cultural de teatro para conhecer a realidade dos grupos c) Diagnóstico completo da produção teatral – produção, manutenção dos teatros, etc d) Prêmio do MinC para os municípios que atenderem às solicitações federais (acesso aos grupos, democratização dos espaços, capacitação dos técnicos, etc) e) Linha específica de financiamento para aquisição de espaços culturais alternativos já existentes ou novos espaços f) Garantir que datas já cedidas para espetáculos sejam mantidas em teatros públicos mesmo havendo mudança na administração. g) Criar um edital de ocupação dos teatros por uma comissão formada por profissionais da área h) Programa de Fomento específico para a criação de espaço de teatro descentralizado no país i) Ação emergencial: caravana nacional de instrumentalização técnico-política. j) Criar um sistema de "incubadoras" que fornecerá condições de sobrevivência aos grupos novos (formados a pouco tempo) k) Que as associações cuidem que a informação circule e que busquem soluções para as questões locais. l) Oficina de formatação de projetos m) Utilização de Teatro público – 10% do bruto (único pagamento) - Colocar técnicos especializados nos teatros públicos</p>

DIRETRIZ 4: DEMOCRATIZAR O ACESSO DA POPULAÇÃO À CULTURA

Diretriz 4	Linhas de Ação
<p>Democratizar o acesso da população à cultura</p>	<p>a) Criar um programa de qualificação e de sustentabilidade do teatro de rua b) Criar um circuito de teatro de rua – forma mais democrática de acesso da população ao teatro. c) É necessário que os produtores culturais tenham a preocupação de modificar a realidade social do país d) Incentivo especial para projetos de popularização do teatro. e) Programa de fomento específico para manutenção e estruturação de espaços de grupos de teatro.</p>

TEMA: DIFUSÃO E CONSUMO

DESAFIO: DEMOCRATIZAR O ACESSO DO PÚBLICO A OBRA E DA OBRA AO PÚBLICO INTEGRANDO FEDERAÇÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

DIRETRIZ 1: GARANTIR A DIVULGAÇÃO DOS PRODUTOS ARTÍSTICOS NAS GRANDES MÍDIAS

Diretriz 1	Linhas de Ação
<i>Garantir a divulgação dos produtos artísticos nas grandes mídias</i>	<i>a. Criar uma lei que garanta espaço adequado de divulgação das obras teatrais na grandes mídias b. Criar uma rede de teatro público para circulação dos espetáculos c. Criar editais de incentivo aos teatros privados para ocupação e programação com produções privadas</i>

DIRETRIZ 2: CRIAR PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PLATÉIA

Diretriz 2	Linhas de Ação
<i>Criar programa de formação de plateia</i>	<i>Incluir como atividade complementar no ensino médio e fundamental a apreciação de espetáculos teatrais</i>

DIRETRIZ 3: CRIAR PROGRAMAS DE INCENTIVO A CIRCULAÇÃO DE ESPETÁCULOS E GRUPOS

Diretriz 3	Linhas de Ação
<i>Criar programas de incentivo a circulação de espetáculos e grupos</i>	<i>a) Criar ações que privilegiem barateamento de passagens e hospedagem b) Incentivo à criação e manutenção de festivais e mostras nacionais e regionais c) Incentivar os municípios, teatros e espaços culturais à recepção de grupos e espetáculos d) Criação de espetáculos de intercâmbio e) Criação de unidades móveis com infra-estrutura (lonas, carretas, etc.) f) Adequação e conservação de espaços para recepção de grupos e espetáculos em circulação g) Revitalização e aproveitamento de espaços públicos para apresentação de espetáculos e utilização de salas para ensaios</i>

DIRETRIZ 4: CRIAR CAMPANHAS DE POPULARIZAÇÃO DO TEATRO

Diretriz 4	Linhas de Ação
<i>Criar campanhas de popularização do teatro</i>	<p>a) Subvenção de cachês e/ou pautas para barateamento do preço dos ingressos</p> <p>b) Instalar ponto de venda de ingressos em vários pontos da cidade tendo em vista a descentralização</p> <p>c) Descentralização das casas de espetáculos</p> <p>d) Criar sistema de cotas de ingresso com valor diferenciado como contrapartida social para projetos com apoio público</p>

DIRETRIZ 5: FORMAÇÃO DE PLATEIA

Nós Críticos	Linhas de Ação
<p>a) O preço atual dos ingressos</p> <p>b) Campanhas de popularização do ingresso são demagógicas</p> <p>c) Como saber dos espetáculos e festivais que acontecem pelo país?</p> <p>d) Faz sentido ter uma mostra regional de teatro? Que teatro?</p>	<p>a) Criar uma boa curadoria que escolha espetáculos interessantes e que aponte para uma visão nacional</p> <p>b) Fazer o Mambembão como novo formato para circulação no país através da parceria do MinC com o MEC (universidades), SESC, SESI</p> <p>c) O Estado fica responsável pela popularização de assentos ociosos e o Município faz a formação de plateia na interface com a Educação.</p> <p>d) Campanha de qualidade das produções teatrais</p> <p>e) Ver projeto de lei – plano ligado à educação com dotação orçamentária federal, estadual e municipal de ingressos para estudantes em geral</p> <p>f) Campanha nacional de apoio ao teatro com o apoio da TV Globo.</p> <p>g) Criação de um programa de TV executado na TV Senado (Radiobrás) e veiculado nas tvs públicas – TVE, Cultura e TVs Universitárias</p> <p>h) Difusão da produção teatral por meio de parcerias com a rede pública de comunicação (TV, rádio, internet, etc.):</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo da programação - divulgação do espaço - jornalismo <p>i) Registro/Memória – produção audiovisual de espetáculos teatrais</p>

PRÓXIMOS PASSOS

I.

O grupo sugeriu:

- que as próximas reuniões durem 4 dias
- que a próxima reunião seja em Brasília

II.

Foram sugeridos nomes de convidados para a próxima reunião. Todos os presentes votaram nos seguintes nomes para discutir FORMAÇÃO, CRIAÇÃO, PESQUISA E MEMÓRIA:

- a) Tânia Brandão e Silvana Garcia – já votadas por pertencerem à cadeia produtiva
- b) Kil Abreu ou Rogério Toscano
- c) Sérgio Farias – UFBA
- d) Wlad Lima -UFFPA
- e) Carlos Alberto Xavier (MEC)

Obs: Na impossibilidade do Prof. Sérgio Farias, este será substituído por Roberto Lúcio (BH).

3ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

17, 18 e 19 de outubro
TEATRO CÁSSIA ELLER
FUNARTE BRASÍLIA

ÍNDICE

Lista de Participantes

Pauta

Formação

Gestão Cultural

Formação de Formadores

Formação de Profissional em Teatro

LISTA DOS PARTICIPANTES

Funarte

Antônio Grassi – Presidente da Funarte
Claudinei Pirelli – Coordenador da Funarte Brasil Central- Brasília

Vitor Ortiz – Gerente geral de Programas
Cristina Pereira – Coordenadora de Teatro

Lúcia Pardo – Ouvidora do MinC /Rj

Heloísa Vinadé – Assessora da Câmara Setorial de Teatro

Mayalu Matos – Assessora das Câmaras Setoriais

Júlia Guedes – Coordenadora de Teatro da Funarte Brasil central – Brasília

REPRESENTANTES DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

Marley Danckwardt – RS

Aluizio Cherobim – PR

Ney Piacentini- SP

Antônio Carlos Bernardes – RJ

Maria Beatriz Mendonça (Bya Braga) – MG

Marbo Giannaccini – DF

Hirton Fernandes – BA

Oséas Borba Neto – PE

Oscar Roney – CE

Larissa Sare – PA

Lenine Alencar – Amazônia

CADEIA PRODUTIVA

Andrea Alves – Produção

Luiz Carlos Vasconcelos – Criação

CONVIDADOS ESPECIAIS

Carlos Alberto de Xavier – MEC

Hélena Muller de Souza Nunes – Professora da UFRGS- Formação

Roberto Birindelli – Professor - Formação

Wlad Lima – Professora da UFFPA –

Pesquisa e Memória

Kil Abreu – Professor – Formação
Francisco Simões - Bonecreiro

PAUTA

FORMAÇÃO – CRIAÇÃO – PESQUISA - MEMÓRIA

FORMAÇÃO

1 – NAS ESCOLAS

INFÂNCIA – 5 A 11 ANOS - Pré-escola e Ensino Fundamental

ADOLESCENTES – 11 A 15 ANOS – Ensino Fundamental

JOVENS – 15 A 20 ANOS – Ensino Médio

ADULTO – A PARTIR DE 18 ANOS – Universidades.

Nós Críticos	Diretriz	Linhas de Ação
<p><i>Existem poucas experiências de formação de plateias nos diferentes níveis de ensino no Brasil. Entre aquelas que aconteceram ou acontecem, apenas algumas possuem uma sistematização dos processos, com o acompanhamento necessário para que as ações sejam mais consequentes e continuadas.</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer a interface entre as instâncias governamentais de Educação e Cultura, com a participação paritária da sociedade, objetivando o diálogo permanente entre estas áreas. 2. Criar regras transparentes na seleção de projetos, espetáculos e na formação das comissões curadoras com a participação paritária do movimento teatral organizado 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar comissões de estudo com a participação de representantes das áreas de educação e cultura e das entidades organizadas dos respectivos setores. 2. Exigir a participação de representantes da área da cultura nos Conselhos de Educação e representantes da educação nos Conselhos de Cultura. 3. Criar programas conjuntos de cultura e educação, visando o acesso dos alunos de escola pública aos espetáculos realizados nos teatros. 4. Estimular projetos de parceria entre as escolas particulares e a iniciativa privada, para possibilitar o acesso dos alunos da rede privada aos espetáculos realizados nos teatros. 5. Propor ações dentro das escolas com o objetivo de incentivar a atividade teatral dentro do ensino público e privado

EXEMPLOS DE PROJETOS QUE PODEM SER TOMADOS COMO REFERÊNCIA PARA A ELABORAÇÃO DE NOVAS PROPOSTAS

ENSINO PRÉ-ESCOLA E ENSINO

FUNDAMENTAL

1. Mostra SESC CBTUJ de Teatro para Crianças - RJ

O Centro Brasileiro de Teatro para a Infância e Juventude realiza desde 2001, com o apoio do SESC, uma mostra de espetáculos de qualidade, para crianças de cinco a onze anos, que em seu primeiro ano atingiu 17 mil espectadores. A continuidade deste programa, sempre levando bons espetáculos, em

teatros da rede SESC, selecionados por um edital, com regras transparentes e por uma comissão mista e credenciada, fez com que em 2004 já se atingisse 50 mil espectadores.

2. Ciranda de Espetáculos - Secretaria Municipal de Educação - RJ

Este projeto, que já está em seu quarto ano, tem como objetivo levar os alunos do ensino fundamental a espetáculos escolhidos que são apresentados em teatros da rede municipal.

3. Projeto Recreio nas Férias - Secretaria Municipal de Educação - SP

4. A Cidade é uma Escola (CÉUS) - Secretaria Municipal de Educação - SP

OUTRAS EXPERIÊNCIAS DEVEM SER REGISTRADAS NAS DEMAIS REGIÕES DO PAÍS.

ENSINO MÉDIO

1. Projeto de Formação de Público das Secretarias de Educação e Cultura da Cidade de São Paulo

2. Projetos da FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação - da Secretaria de Estado de Educação - SP

ENSINO SUPERIOR

1. Teatro nas Universidades – Nicete Bruno Produções - SP

2. UNIARTE - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este programa da Pró-Reitoria de Extensão, leva gratuitamente aos alunos da Universidade, em horários alternativos (12 e 18h), espetáculos de teatro, dança e música.

2 – OUTROS PÚBLICOS

A. PÚBLICO EM GERAL A SER ATINGIDOS PELO TEATRO DE RUA

B. PÚBLICO DE COMUNIDADES.

C. CAMPANHAS DE POPULARIZAÇÃO.

Nós Críticos	Diretriz	Linhas de Ação
<p>1. A baixa qualidade da produção é um dos fatores determinantes do afastamento do público.</p> <p>2. A falta de casas de espetáculo nas comunidades e a dificuldade de acesso às casas existentes.</p> <p>3. Dificuldade de divulgação dos espetáculos teatrais.</p>	<p>1. Qualificação dos espetáculos</p> <p>2. Ampliar o acesso das comunidades ao teatro</p> <p>3. Ampliar o acesso aos meios de comunicação existentes e criar maneiras alternativas de divulgar os espetáculos teatrais</p>	<p>1. Criação de Programas de qualificação técnico-artística</p> <p>2.1 Criar circuitos de teatro de rua como forma mais democrática de acesso da população ao teatro.</p> <p>2.2 Criar programas de qualificação e sustentabilidade do teatro de rua.</p> <p>2.3 Criar programas de acesso de transporte para a população ir ao teatro, por ex. bilhete cultural.</p> <p>3. As ações para formação de plateia se cruzam com as ações de difusão. (Ver diretriz 6 do documento de Difusão).</p>

GESTÃO CULTURAL

Nós Críticos	Diretriz	Linhas de Ação
<p><i>São poucas as escolas de formação profissional para os gestores culturais, tanto públicos (Secretários de Cultura, Diretores de Departamentos e outros), quanto privados (Programadores e produtores culturais), nas diferentes regiões do Brasil</i></p>	<p><i>Criar cursos que atendam as necessidades específicas da área de gestão cultural e as demandas regionais.</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> <i>1. Propor às Universidades Federais e Estaduais, com o apoio do MEC, a criação de curso superior de Gestão Cultural.</i> <i>2. Propor às Escolas Técnicas Federais, com o apoio do MEC, a criação de curso técnico de Gestão Cultural.</i> <i>3. Propor ao Sebrae e ao Senac a criação de cursos técnicos de gestão cultural nos diversos estados brasileiros</i>

GRUPO FORMAÇÃO DE FORMADORES

Nó Crítico	Diretriz
<ul style="list-style-type: none"> <i>- Falta diagnósticos de artes cênicas para conhecimento dos meios formais e informais de formação de formadores, isto é conhecimento e discussão dos projetos pedagógicos de formação teatral vigentes no país</i> <i>- Falta banco de dados sobre legislação vigente para a área de formação de formadores em artes cênicas.</i> <i>- Falta conhecimento estatístico sobre atuação de profissionais de outras áreas de formação no ensino do teatro nas escolas da rede pública e privada, especialmente em regiões do Brasil onde existe oferta de licenciatura de teatro</i> <i>- Falta reconhecimento formal da aprendizagem e capacitação dos Mestres de Ofício.</i> <i>- Falta valorização acadêmica do ensino técnico teatral vinculado às universidades federais</i> <i>- Falta incentivo de mecanismo formal de apoio à pesquisa artística em geral (fora do âmbito universitário).</i> 	<ul style="list-style-type: none"> <i>- A Câmara deve estabelecer parâmetros para identificação e diagnóstico, bem como seu encaminhamento político.</i> <i>- A partir do diagnóstico feito, gerar banco de dados e disponibilizá-lo para todo o país.</i> <i>- Fazer levantamento estatístico dos docentes em teatro no ensino básico e médio (público e privado) no país</i> <i>- Divulgar o processo de reconhecimento profissional via notório saber e solicitar agilidade na análise e concessão das propostas</i> <i>- Estimular a participação das escolas técnicas teatrais no seu Fórum Nacional</i> <i>- Criar programas de apoio direto a artistas de cena, reativando, por exemplo, o programa APARTES e bolsa Virtuose</i> <i>- Incentivar a criação de programas de bolsas de artistas visitantes no âmbito universitário (inspiradas nos processos de professores visitantes _ vide proposta da UFMG).</i>

Nó Crítico	Diretriz
<ul style="list-style-type: none"> - Falta incentivo de mecanismo de inserção do artista-pesquisador (sem titulação acadêmica, mas com experiência artística reconhecida) no âmbito universitário - Falta articulação do MEC com o MinC especialmente no que diz respeito ao apoio do primeiro às ações que vinculem arte e educação estética - Falta incentivo financeiro às propostas de ação educacional teatral para grupos de teatro, teatros-laboratório e escolas livres que tenham projeto pedagógico instalado, reconhecido socialmente e que promovam a difusão do conhecimento sem fins lucrativos - Falta inserção de conteúdos programáticos próximos da realidade artístico-cultural regionais nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em teatro e cursos técnicos que incentivam a docência teatral. - Falta inserção de conteúdos programáticos de formação artística e técnica, bem como de maior contato com o fazer teatral cotidiano profissional, nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura em teatro e cursos técnicos que incentivem a docência teatral - Falta discussão formal sobre o perfil do artista-professor como um mediador e provocador, em vez de somente um transmissor de conhecimento (com postura fortemente hierarquizada) - Falta maior articulação dos cursos de graduação em licenciatura em teatro e cursos técnicos com a área de extensão universitária (vinculada a prática de arte). - Falta incentivo a mecanismos de formação de formadores em regiões descentralizadas (no campo e na cidade) com o atendimento a populações periféricas, que valorizem e estimulem processos coletivos continuados de fazer teatral no local. - Há desapropriação de saberes de autogestão na formação de formadores - Falta incentivo à extensão universitária na ação teatral - Falta incentivo à pesquisa teatral em práticas coletivas (grupos de pesquisa em teatro), nas universidades federais. - Falta incentivo ao registro das produções artísticas (em forma impressa e virtual) bem como registros teórico-críticos. - Falta articulação em programas audiovisuais nacionais com as práticas formadoras de teatro 	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitar apoio direto do FNDE para os trabalhos da arte teatral vinculados à formação - Criação de um edital para fomento de programas não formais de ensino continuado de teatro - Incentivar o reconhecimento das práticas espetaculares populares como conteúdos programáticos legítimos e importantes à formação do formador teatral - Incentivar a prática artística curricular e extracurricular (em grupos teatrais, via extensão universitária) do formador teatral, especialmente para aqueles que cursam licenciatura teatral - Criar mecanismos de discussão sobre os aspectos epistemológicos e metodológicos, bem como filosóficos e pedagógicos da formação de formadores teatrais, que contemplem os conhecimentos de humanidades numa perspectiva interdisciplinar. (ABRACE, Cooperativa de Teatro, Projetos Pedagógicos das escolas de teatro, pesquisas acadêmicas) - Ministrando os conteúdos programáticos referentes às práticas de ensino e estágio de docência teatral articulados às atividades artísticas de extensão universitária - Incentivar a formação de lideranças artísticas que sejam estimuladas a conduzir práticas de teatro de grupo. - Incluir metodologias de aprendizagem que contemplem a auto gestão (sustentabilidade do trabalho artístico, entre outros aspectos de produção). - Criação de edital para fomento ao teatro na extensão universitária - Equiparar a prática teatral em grupos (pesquisa-prática coletiva) aos projetos e ações de pesquisa universitária (regidas por parâmetros de ciência e tecnologia) - Realizar políticas de fomento à produção bibliográfica e publicações em diferentes suportes (impresso, virtual, áudio-visual) - Incentivar a participação em editais nacionais para a educação à distância visando difusão das práticas formativas diferenciadas de teatro

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAL EM TEATRO

ESCOLA FORMAL – CURSOS LIVRES – TEATRO DE GRUPOS – CURSOS TÉCNICOS

Nós Críticos	Diretrizes	Linhas de Ação
<p>1 – Ausência ou existência precária do ensino de teatro na escola formal (ensino fundamental e médio).</p>	<p>1.1 Criação de um programa nacional de formação teatral; 1.2 Organização de ações para mostrar o trabalho/resultado nas escolas.</p>	<p>1.1 Criação de um prêmio estímulo à escola que desenvolver ações de apoio à criação teatral nas escolas; 1.2 Realização de mostras estudantis de teatro em nível municipal, estadual e regional, com ênfase na formação (debates, seminários, palestras, oficinas).</p>
<p>2 – Professores de outras áreas ocupando o ensino de teatro.</p>	<p>Assegurar que o ensino de teatro nas escolas seja realizado por pessoas habilitadas em teatro.</p>	<p>Criação de ações teatrais nas escolas (oficinas/grupos) por profissionais experientes em teatro e coordenadas por um profissional de teatro com experiência pedagógica.</p>
<p>3 – Falta de centros formadores para o ensino de teatro e instrumentalização insuficiente dos já existentes.</p>	<p>Instrumentalização dos espaços já existentes com condições técnicas necessárias ao aprendizado (material humano e teórico), bem como criar novas alternativas de espaço de formação.</p>	<p>1-Aproveitar prédios públicos existentes (teatros, centros culturais, escolas e galpões ociosos), transformando-os em centros de formação (estudo, memória, pesquisa e criação teatral) coordenados por um gestor aprovado pelo movimento teatral organizado. 2- Criação de espaços cênicos alternativos ao formato italiano.</p>
<p>4 – Deficiência e defasagem na metodologia dos cursos técnicos em teatro.</p>	<p>Mapeamento pela FUNARTE dos cursos de teatro formais e não-formais e suas respectivas metodologias existentes no país.</p>	<p>Instrumentalização continuada de pessoal e atualização do conteúdo programático.</p>
<p>5 – Escassez de publicações especializadas e atualizadas, na área de teatro.</p>	<p>Estímulo à pesquisa e estudos teatrais de natureza teórica, documentando seus trabalhos através de editais.</p>	<p>Publicação e difusão do material fruto da pesquisa e estudo.</p>
<p>6 – Dificuldade de manutenção e existência de grupos e companhias teatrais.</p>	<p>Estímulo à criação e manutenção de grupos e companhias através de estudo e pesquisa.</p>	<p>Criação continuada de programas de estímulo ao estudo e pesquisa de grupos e companhias teatrais.</p>

Nós Críticos	Diretrizes	Linhas de Ação
<i>7 – Falta de uma rede nacional de cursos técnicos em formação teatral.</i>	<i>Promoção de parcerias com instituições públicas e privadas para o estabelecimento de rede nacional de formação técnica em teatro</i>	<i>Criação de parcerias entre a FUNARTE, o sistema "S" (SESC, SENAC, SESI, SEST-SENAT, SEBRAE, etc), e as TVs públicas para a implantação de um programa nacional de treinamento técnico em teatro.</i>
<i>8 – Falta de circulação das informações nas diversas regiões do país, bem como socialização de saberes nacionais.</i>	<i>Promoção de conhecimento e troca entre as diversas realidades teatrais existentes no país.</i>	<i>Distribuição de bolsas de intercâmbio entre regiões, para acompanhamento de processos criativos e de formação, nas escolas e grupos de teatro.</i>
<i>9 – Inexistência de uma ação nacional que reúna a produção teatral de todas as regiões.</i>	<i>Promoção do intercâmbio da produção teatral nacional</i>	<i>Criação de mostras de teatro em nível municipal, estadual, regional e nacional, programadas, coordenadas e documentadas pela FUNARTE com ênfase na formação e no processo criativo.</i>
<i>10 – Falta de implantação nacional de escolas de nível superior.</i>	<i>De posse das informações do mapeamento nacional dos cursos de formação superior em teatro (item 4), criar uma comissão mista de avaliação desses cursos composta por representantes da FUNARTE, do MEC, do MINC e por representantes dos próprios cursos.</i>	<i>Implantação do Fórum Nacional de Cursos Superiores em Teatro do país, com periodicidade bienal, para avaliar, planejar e definir ações de capacitação dos profissionais e melhorias no ensino de teatro.</i>

Nesta reunião de Brasília os representantes da Câmara Setorial de Teatro conseguiram marcar uma audiência com a Sub-comissão de Cinema, Teatro e Comunicação do Senado e com o presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Neste encontro foi entregue um documento às respectivas comissões onde os 3 pontos principais solicitados, entre outros foram:

- descontingenciamento do orçamento da Cultura para ainda em 2005 lançar os editais Myriam Muniz e Klaus Vianna
- emenda orçamentária para fomento em teatro e dança para 2006.

- lei federal que contemple nacionalmente o fomento de teatro e dança.

BRASÍLIA, 19 DE OUTUBRO DE 2005

Ao Senado Federal
Comissão de Educação e Cultura
 Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação
 C/C: Ministério da Cultura e FUNARTE

Exmos. Srs. Senadores e
 Exmas. Sras. Senadoras,

As 114 entidades que subscrevem este documento, representativas do segmento cultural de todos os estados brasileiros, solicitam, através do pre-

sente, o encaminhamento dos temas abaixo relacionados, prioritários para o desenvolvimento do teatro no Brasil, para que façam parte da agenda de discussões desta Comissão.

1 – Providenciar o levantamento imediato de mecanismos que possibilitem a liberação, ainda em 2005, de recursos para ações emergenciais de fomento às artes cênicas.

Em três anos de governo apenas um edital para o teatro foi lançado, para a circulação da produção, que atendeu apenas a uma pequena parte das variadas e urgentes demandas do setor.

2 – Que em 2006 não haja contingenciamento no orçamento do Ministério da Cultura.

Com a reestruturação do Ministério da Cultura e as consultas públicas realizadas em 2003 e 2004, através dos seminários nacionais "Cultura para Todos", esperava-se que em 2005 as ações do MINC e da FUNARTE fossem executadas, com prioridade para o fomento e a circulação da produção de teatro e dança. Devido ao contingenciamento ocorrido no início deste ano, a FUNARTE não pôde lançar os editais de fomento e circulação, causando enorme frustração nos profissionais da cultura e privando a população do acesso aos bens culturais de interesse público.

3 – Tecnicamente os prazos para o lançamento dos editais em 2005 já expiraram. Este documento propõe que seja aprovada, para o início de 2006, uma emenda específica no orçamento da União, exclusivamente destinada aos Prêmios Myriam Muniz (fomento ao teatro) e Klauss Vianna (fomento à dança), no valor de R\$ 30 milhões de reais.

Com uma emenda orçamentária destinada exclusivamente aos dois editais, a classe artística não correrá risco de mais uma vez ficar paralisada, como ocorreu nos anos anteriores.

4 – Criação de uma Lei específica para a área teatral, com dotação orçamentária própria, que funcione como marco regulador do setor.

O setor produtivo está elaborando uma minuta de projeto de Lei, com ampla discussão em todo o país. A expectativa é de que no final de novembro a primeira versão esteja concluída. Com a criação de uma Lei, como já ocorre em outros setores, anualmente a classe artística poderá contar com editais, prevendo valores específicos para subsidiar os diversos projetos teatrais em prática atualmente no país.

5 – Criar, em convênio com o IBGE ou outro órgão afim, uma pesquisa, em escala nacional, sobre as estatísticas do setor teatral.

É necessário um estudo preciso que aponte o que se gera em postos de trabalho; quanto a atividade cultural movimenta economicamente, e quantos são os trabalhadores das artes cênicas no Brasil. Há informações, por exemplo, que no Rio de Janeiro a área cultural emprega mais que a área naval. Necessitamos destes números para quantificar as ações e planificá-las segundo dados concretos.

6 – Reivindicar o aumento do orçamento do Ministério da Cultura.

As entidades culturais organizadas em todo o território nacional estão promovendo uma campanha de coleta de assinaturas, a partir de um abaixo-assinado, onde é reivindicado o aumento do orçamento do Ministério da

Cultura para 2%, de acordo com a Proposta de Emenda Constitucional 150/2003, conforme recomendação da UNESCO.

7 – Criar medidas que solucionem o problema da meia-entrada.

As atuais Leis de meia-entrada não prevêm nenhum tipo de subsídio para complementar o valor do ingresso. Hoje cerca de 80% do público pagante se utiliza destas Leis, onerando as produções, que não têm nenhuma contrapartida.

8 – Revisão tributária.

As empresas de produção cultural não estão enquadradas no SIMPLES e as atividades culturais sem fins lucrativos têm sofrido com a sobrecarga tributária. É necessário que se crie projeto de Lei visando a isenção fiscal para as atividades culturais.

A partir destas solicitações, as entidades signatárias deste documento aguardam o retorno de Vossas Excelências para uma audiência pública a fim de dar prosseguimento às propostas aqui apresentadas.

Atenciosamente,

ABD - Associação Brasileira de Documentaristas

ABRACIRCO - Associação Brasileira de Circo

ABTB - Associação Brasileira de Teatro de Bonecos

APCA - Associação Paulista de Críticos de Arte

APTR - Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro

Associação Cultural A Residência - Ouro Preto/Mariana - MG

Associação de Grupos e Companhias do Rio de Janeiro

Associação de Teatro de Olinda – ATO

ACONERUK - Associação Nacional de Remanescentes de Quilombos - Maranhão

ANDANÇAS - Associação Nacional de Dança de Salão

APAC / JF - Associação de Produtores de Artes Cênicas de Juiz de Fora

APACEPE - Associação dos Produtores de Artes Cênicas de Pernambuco

APADEMP - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Música Profissional

APAP - Associação Profissional de Artistas Plásticos

APETECE - Associação dos Produtores de Teatro – CE

APETESP - Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Est. de São Paulo

APETI / PR - Associação de Produtores de Teatro Itinerante

APRECI / PR - Associação de Preservação da Cultura Cigana

ARTEDAP - Associação dos Artistas de Teatro e Dança de Petrolina - PE

ARTEPE - Associação dos Realizadores de Teatro de Pernambuco

ASFACI - Associação de Famílias e Artistas Circenses

Associação Brasileira de Atores Profissionais Caras do Reclame

Associação Cultural Arte em Todas as Partes de Salvador - BA

Associação Cultural Tupã - BA

Associação das Entidades Culturais de Porto Alegre

Associação de Mamulengos do Distrito Federal

Associação Paulista de Belas Artes

Associação Rio de Teatro de Bonecos - RJ

ATECA - Associação de Teatro de Camaragibe - PE

ASACINE - Associação Acreana de Cinema - AC

Casa de Cultura Mário Quintana - RS

CBTIJ - Centro Brasileiro de Teatro para Infância e Juventude

Cena Contemporânea - DF
CPTIJ - Centro Paulista de Teatro para a Infância e Juventude -SP
Centro de Referência do Teatro Infantil -RJ
CETEM - NEFELIBATAS - Centro de Estudos Teatrais Elisiário Matta de Maricá - RJ
Comitê Brasileiro da Associação Internacional de Artistas Plásticos - Unesco
Comitê Nacional Brasileiro da Associação Internacional de Artes Plásticas / Unesco
Conselho Municipal de Cultura de Cubatão - SP

Cooperativa Paulista de Música

Cooperativa dos Artistas Visuais do Brasil
Cooperativa Paulista de Teatro - SP
Cooperativa de Teatro de Brasília - DF
Cooperativa Baiana de Teatro
Comitê Nacional da Associação Internacional de Artes Plásticas - Unesco
CONATED - Colégio Nacional de SATEDs
COTAESP - Confederação de Teatro Amador do Estado de São Paulo
Escola de Teatro e Dança da UFFA - PA
Escola de Música Musicalizar - AC
ENCINE - Núcleo Sócio Cultural de Arte Audiovisual (Fortaleza)
Fórum Nacional de Dança
Fórum Paulista de Hip-Hop - SP
Fórum Permanente de Culturas Populares
FUNDART - Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara - SP
Instituto Universidade Popular - PA
Instituto Cultural Chiquinha Gonzaga - RJ
INTEGRARTES - Instituto de Artes Integradas Serra dos Órgãos - Teresópolis - RJ
JUNTARTE - Movimento Arte e Cidadania de Juiz de Fora/MG
CLUBE CULTURAL - RJ
COMCULTURA - RJ - Comissão Estadual dos Gestores Públicos de Cultura

CONFENATA - Confederação Nacional de Teatro

GUAIMBÊ - ESPAÇO E MOVIMENTO CRIATIVO / DF e Goiás
FESTA - Federação de Teatro do Ceará
FETAC - Federação de Teatro do Acre
FESAT - Federação Estadual de Atores, Autores e Técnicos de Teatro do Pará
Fórum Nacional dos Festivais Públicos de Teatro
Fórum Permanente de Teatro do Pará
Fórum Estadual de Cultura do Paraná
Fórum Municipal de Cultura de Curitiba
Fundação Cultural do Estado da Bahia
Fórum Permanente de Teatro da Bahia
FIA/LA - Federação Internacional de Atores da América Latina
Fórum de Dança de São Paulo
FETAERJ - Federação de Teatro Associativo do Estado do Rio de Janeiro
Movimento Arte Contra a Barbárie - São Paulo
Movimento Aberto dos Atores e Diretores do Rio de Janeiro
Movimento de Ação Afirmativa ENCONTRARTE - Encontro de Artes Cênicas da Baixada Fluminense
Movimento Mobilização Dança - SP
Movimento de Teatro de Rua da Bahia
Movimento de Teatro de Rua de São Paulo
Movimento de Teatro de Rua de Porto Alegre
Movimento de Teatro Popular de Pernambuco - MTP/PE
Movimento de Teatro de Grupo de Minas Gerais
Movimento de Teatro de Grupo de Porto Alegre
Movimento Hip-Hop Organizado do Brasil
Movimento Pró-Circo
NAC - Núcleo de Arte e Cultura - DF
ONGFALE - Levante sua voz contra a Injustiça Social
OPA - Observatório Permanente das Artes - AC
Orquestra Sinfônica de São Paulo
Pólo Cultural da Zona Norte - SP

Redemoinho - Rede Brasil. Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisa Teatral
SBAT - Sociedade Brasileira de Autores Teatrais
SATED / BA - Sind. dos Artistas e Técnicos em Espet. de Diversões no Est. da Bahia
SATED / CE - Sind. dos Artistas e Técnicos em Espet. de Diversões no Est. do Ceará
SATED / MG - Sind. Artistas e Técnicos em espetáculos de diversões de Minas Geraes
SATED / PR - Sind. dos Artistas e Técnicos em Espet. de Diversões no Est. do Paraná
SATED / RJ - Sind. Artistas Técnicos Espet. Diversões do Rio de Janeiro
SATED / RS - Sind. Artistas e Técnicos em Espet. de Diversões do Est. R. Grande Sul
SATED / SC - Sind. dos Artistas e Técnicos de Diversões no Estado de Santa Catarina
SATED / SP - Sind. Artistas e Técnicos em Espet. de Diversões no Est. de São Paulo
SATED / PE - Sind. Empresários e Prod. em Espet. de Diversões Est. do Pernambuco
SEPED / PR - Sind. Empresários e Prod. em Espet. de Diversões Est. do Paraná
Sindicato dos Artistas Plásticos de São Paulo
SINDIDANÇA / SP - Sindicato de Dança de São Paulo
SINPARC / MG - Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Gerais
SINAPESP / AIAP - Sindicato dos Artistas Plásticos no Estado de São Paulo
Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado do Rio de Janeiro
TEPA - Teatro Escola de Porto Alegre
Teatro Vila Velha - BA.
TUPEC - Associação de Amigos "Tudo pela Cultura" (Cubatão SP)

UGITED - União dos Grupos Independentes de Teatro e Dança de Pernambuco
Universidade Federal da Bahia
União Brasileira de Escritores
Universidade Federal de Minas Gerais

Brasília, 19 de Outubro de 2005

À Câmara dos Deputados
Comissão de Educação e Cultura
C/C: Ministério da Cultura e FUNARTE

Exmos. Srs. Deputados;

As 114 entidades que subscrevem este documento, representativas do segmento teatral de todos os estados brasileiros, solicitam, através do presente, o encaminhamento dos temas abaixo relacionados, prioritários para o desenvolvimento do teatro no Brasil, para que façam parte da agenda de discussões desta Comissão.

1 – Providenciar o levantamento imediato de mecanismos que possibilitem a liberação, ainda em 2005, de recursos para ações emergenciais de fomento às artes cênicas.

Em três anos de governo apenas um edital para o teatro foi lançado, para a circulação da produção, que atendeu apenas a uma pequena parte das variadas e urgentes demandas do setor.

2 – Que em 2006 não haja contingenciamento no orçamento do Ministério da Cultura.

Com a reestruturação do Ministério da Cultura e as consultas públicas realizadas em 2003 e 2004, através dos seminários nacionais "Cultura para Todos", esperava-se que em 2005 as ações do MINC e da FUNARTE fossem executadas, com prioridade para o fomento e a circulação da produção de teatro e dança. Devido ao contingen-

ciamento ocorrido no início deste ano, a FUNARTE não pôde lançar os editais de fomento e circulação, causando enorme frustração nos profissionais da cultura e privando a população do acesso aos bens culturais de interesse público.

3 – Tecnicamente os prazos para o lançamento dos editais em 2005 já expiraram. Propomos que seja aprovada, para o início de 2006, uma emenda específica no orçamento da União, exclusivamente destinada aos Prêmios Miriam Muniz (fomento ao teatro) e Klaus Viana (fomento à dança), no valor de R\$ 30 milhões de reais.

Com uma emenda orçamentária destinada exclusivamente aos dois editais a classe artística não correrá risco de mais uma vez ficar paralisada, como ocorreram nos anos anteriores.

4 – Criação de uma Lei específica para a área teatral, com dotação orçamentária própria, que funcione como marco regulador do setor.

O setor produtivo está elaborando uma minuta de projeto de Lei, com ampla discussão em todo o país. A expectativa é de que no final de novembro a primeira versão esteja concluída. Com a criação de uma Lei, como já ocorre em outros setores, anualmente a classe artística poderá contar com editais, prevendo valores específicos para subsidiar os diversos projetos teatrais em prática atualmente no país.

5 – Criar, em convênio com o IBGE ou outro órgão afim uma pesquisa, em escala nacional, sobre as estatísticas do setor teatral.

É necessário um estudo preciso que aponte o que se gera em postos de trabalho; quanto a atividade cultural movimenta economicamente, e quan-

tos são os trabalhadores das artes cênicas no Brasil. Há informações, por exemplo, que no Rio de Janeiro a área cultural emprega mais que a área naval. Necessitamos destes números para quantificar as ações e planificá-las segundo dados concretos.

6 – Reivindicar o aumento do orçamento do Ministério da Cultura.

As entidades culturais, organizadas em todo o território nacional, promoveram uma campanha de coleta de assinaturas, a partir de um abaixo-assinado, onde é reivindicado o aumento do orçamento do Ministério da Cultura para 2%, a partir da Proposta de Emenda Constitucional 150/2003.

7 – Criar medidas que solucionem o problema da meia – entrada.

As atuais Leis de meia – entrada não prevêm nenhum tipo de subsídio para complementar o valor do ingresso. Hoje cerca de 80% do público pagante se utiliza destas Leis, onerando as produções, que não têm nenhuma contrapartida.

8 – Revisão tributária.

As empresas de produção cultural não estão enquadradas no SIMPLES e as atividades culturais sem fins lucrativos têm sofrido com a sobrecarga tributária.

É necessário que se crie projeto de Lei visando a isenção fiscal para as atividades culturais.

A partir destas solicitações, aguardamos por parte de Vossas Excoelências o retorno com vistas a uma audiência pública para dar prosseguimento às propostas aqui apresentadas.

Atenciosamente,

ABD - Associação Brasileira de Documentaristas
ABRACIRCO - Associação Brasileira de Circo
ABTB - Associação Brasileira de Teatro de Bonecos
APCA - Associação Paulista de Críticos de Arte
APTR - Associação dos Produtores de Teatro do Rio de Janeiro
Associação Cultural A Residência (Ouro Preto, Mariana - MG)
Associação de Grupos e Companhias do Rio de Janeiro
Associação de Teatro de Olinda - ATO
ACONERUK - Associação Nacional de Remanescentes de Quilombos - Maranhão
ANDANÇAS - Associação Nacional de Dança de Salão
APAC / JF - Associação de Produtores de Artes Cênicas de Juiz de Fora
APACEPE - Associação dos Produtores de Artes Cênicas de Pernambuco.
APADEMP - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Música Profissional
APAP - Associação Profissional de Artistas Plásticos
APETECE - Associação dos Produtores - CE
APETESP - Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo
APETI / PR - Associação de Produtores de Teatro Itinerante
APRECI / PR - Associação de Preservação da Cultura Cigana
ARTEDAP - Associação dos Artistas de Teatro e Dança de Petrolina- PE
ARTEPE - Associação dos Realizadores de Teatro de Pernambuco
ASFACI - Associação de Famílias e Artistas Circenses

Associação Brasileira de Atores Profissionais Caras do Reclame

Associação Cultural Arte em Todas as Partes de Salvador - BA.
Associação Cultural Tupã - BA
Associação das Entidades Culturais de Porto Alegre
Associação de Mamulengos do Distrito Federal
Associação Paulista de Belas Artes
Associação Rio de Teatro de Bonecos (RJ)
ATECA - Associação de Teatro de Camaragibe - PE
ASACINE - Associação Acreana de Cinema- AC
Casa de Cultura Mário Quintana - RS
CBTIJ - Centro Brasileiro de Teatro para Infância e Juventude
Cena Contemporânea - DF
CPTIJ - Centro Paulista de Teatro para a Infância e Juventude -SP
Centro de Referência do Teatro Infantil -RJ
CETEM - NEFELIBATAS - Centro de Estudos Teatrais Elisiário Matta de Maricá - RJ
Comitê Brasileiro da Associação Internacional de Artistas Plásticos-Unesco
Comitê Nacional Brasileiro da Associação Internacional de Artes Plásticas / Unesco.
Conselho Municipal de Cultura de Cubatão (SP)

Cooperativa Paulista de Música

Cooperativa dos Artistas Visuais do Brasil
Cooperativa Paulista de Teatro - SP
Cooperativa de Teatro de Brasília-DF
Cooperativa Baiana de Teatro
Comitê Nacional da Associação Internacional de Artes Plásticas - Unesco
Conated = Colégio Nacional de SATEDs.
Cotaesp - Confederação de Teatro Amador do Estado de São Paulo
Escola de Dança da UFFA

Escola de Música Musicalizar -AC
ENCINE - Núcleo Sócio Cultural de Arte
Audiovisual (Fortaleza)
Fórum Nacional de Dança
Fórum Paulista de Hip-Hop
Fórum Permanente de Culturas Populares
FUNDART - Fundação de Arte e Cultura do Município de Araraquara - SP
Instituto Universidade Popular - PA
Instituto Cultural Chiquinha Gonzaga - RJ
INTEGRARTES - Instituto de Artes Integradas Serra dos Órgãos - Teresópolis-RJ
JUNTARTE - Movimento Arte e Cidadania de Juiz de Fora/MG
CLUBE CULTURAL -RJ
COMCULTURA - RJ - Comissão Estadual dos Gestores Públicos de Cultura

CONFENATA - Confederação Nacional de Teatro

GUAIMBÊ - ESPAÇO E MOVIMENTO CRIATIVO / DF e Goiás
FESTA - Federação de Teatro do Ceará
FETAC – Federação de Teatro do Acre
FESAT – Federação Estadual de Atores, Autores e Técnicos de Teatro do Pará
Fórum Nacional dos Festivais Públicos de Teatro
Fórum Permanente de Teatro do Pará
Fórum Estadual de Cultura do Paraná
Fórum Municipal de Cultura de Curitiba
Fundação Cultural do Estado da Bahia
Fórum Permanente de Teatro da Bahia
FIA/LA – Federação Internacional de Atores da América Latina
Fórum de Dança de São Paulo
FETAERJ - Federação de Teatro Associativo do Estado do Rio de Janeiro
Movimento Arte Contra a Barbárie - São Paulo
Movimento Aberto dos Atores e Diretores do Rio de Janeiro
Movimento de Ação Afirmativa ENCONTRARTE - Encontro de Artes Cênicas da Baixada Fluminense

Movimento Mobilização Dança - SP
Movimento de Teatro de Rua da Bahia
Movimento de Teatro de Rua de São Paulo
Movimento de Teatro de Rua de Porto Alegre
Movimento de Teatro Popular de Pernambuco - MTP/PE
Movimento de Teatro de Grupo de Minas Gerais
Movimento de Teatro de Grupo de Porto Alegre
Movimento Hip-Hop Organizado do Brasil
Movimento Pró-Circo
NAC – Núcleo de Arte e Cultura - DF
ONGFALE - Levante sua voz contra a Injustiça Social
OPA – Observatório Permanente das Artes – AC
Orquestra Sinfônica de São Paulo
Pólo Cultural da Zona Norte - SP
Redemoinho - Rede Brasileira de Espaços de Criação, Compartilhamento e Pesquisa teatral.
SBAT - Sociedade Brasileira de Autores Teatrais
SATED / BA - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espet. de Diversões no Est. da Bahia.
SATED / CE - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espet. de Diversões no Est. do Ceará.
SATED / MG - Sindicato dos Artistas e Técnicos em espetáculos de diversões de Minas Geraes
SATED / PR - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espet. de Diversões no Est. do Paraná.
SATED / RJ - Sind. Artistas Técnicos Espet.Diversões do Rio de Janeiro
SATED / RS - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espet. de Diversões do Est. R. Grande Sul
SATED / SC - Sindicato dos Artistas e Técnicos de Diversões no Estado de Santa Catarina
SATED / SP - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espet. de Diversões no Est. de São Paulo

SATED / PE - Sindicato dos Empresários e Produtores em Espet. de Diversões Est. do Pernambuco.
SEPED / PR - Sindicato dos Empresários e Produtores em Espet. de Diversões Est. do Paraná.
Sindicato dos Artistas Plásticos de São Paulo
SINDIDANÇA / SP - Sindicato de Dança de São Paulo.
SINPARC / MG - Sindicato dos Produtores de Artes Cênicas de Minas Geraes
SINAPESP / AIAP - Sindicato dos Artistas Plásticos no Estado de São Paulo
Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado do Rio de Janeiro
TEPA - Teatro Escola de Porto Alegre
Teatro Vila Velha - BA.
TUPEC - Associação de Amigos "Tudo pela Cultura" (Cubatão SP)
UGITED - União dos Grupos Independentes de Teatro e Dança de Pernambuco.
Universidade federal da Bahia.
União Brasileira de Escritores
Universidade Federal de Minas Gerais

4ª REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

DE 21 À 23 DE NOVEMBRO DE 2005
PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA
SALA CÂNDIDO PORTINARI

RIO DE JANEIRO

ÍNDICE

Lista de Participantes

Objetivos da 4ª Reunião

Tânia Brandão – Memória / Pesquisa

Escolha do Representante da Câmara no CNPC

Moção de Apoio a PEC 150/2003

LISTA DOS PARTICIPANTES

Funarte

Antônio Grassi – Presidente da Funarte
Vitor Ortiz – Gerência de Programas e Centro de Programas Integrados
Antônio Gilberto Porto Ferreira – Diretor do CEACEN
Cristina Pereira- Coordenadora de Teatro da Funarte
Heloísa Vinadé – Assessora da Câmara Setorial de Teatro
Mayalu Matos – Assessora das Câmaras Setoriais
Marcos – técnico de som da COMUS
Marília Milanez – Coordenação de Teatro

MinC

Lúcia Pardo – Ouvidora do MinC /RJ
Ernesto Gomes Valença - Assessor da Secretaria Executiva do Ministro da Cultura

CADEIA PRODUTIVA

Andréa Alves – Produção
Luiz Carlos Vasconcelos – Criação
Tânia Brandão- Formação

REPRESENTANTES DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

Marley Ddanckwardt – RS
Aluizio Cherobim – PR
Ney Piacentini – SP
Antonio Carlos Bernardes – RJ
Osmar Prado – RJ (suplente)
Gustavo Bartolozzi – MG
Marbo Giannaccini – DF
Hirton Fernandes – BA
Oséas Borba Neto – PE
Oscar Roney Arruda – CE
Larissa Latif Sare – Pa
Catarina Ribeiro - Amazônia

CONVIDADOS ESPECIAIS

Josué soares – Confenata sudeste
Fábio Matheus - Encontrarte
Mario Marcelo - Encontrarte
Benvindo Sequeira – ator e diretor

PLANEJAMENTO DA 4ª E ÚLTIMA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

Objetivos: chegar à síntese das três reuniões anteriores, examinar os relatórios e demais documentos e listar as prioridades.

Escolher, por votação, entre os representantes da Câmara quem será o representante da Câmara Setorial de Teatro no Conselho Nacional de Políticas Culturais.

TÂNIA BRANDÃO

QUESTIONA O CONCEITO DE MEMÓRIA

NECESSIDADE DO TEATRO BRASILEIRO TRABALHAR SUA MEMÓRIA

CEDOC – pesquisa – papel na formação , reciclagem, atualização

PEDRO BRÍCIO – exemplo

CONCEITO DE MEMÓRIA não menciona o passado

Memória dos grupos OK

Questiona a questão de todo projeto ter subvenção para pesquisa

CEDOC da Funarte – equipa-lo, não se pode ignora-lo

Equipar CEDOC para registro das pesquisas

Reativação do Dyonisius – História das publicações

Incentivar registro das pesquisas

Como se amplia a relação com a internet

Articulação da pesquisa e memória ligadas a FUNARTE E associadas ao CNPQ, fazendo o link entre a memória do teatro, formação universitária e convênio com o CNPQ

NEY – Pesquisa como parte de um processo e pesquisa como história do teatro

Distinção entre pesquisa e estudo

TÂNIA – CONCEITOS DIFERENTES DE PESQUISA:

- PESQUISA DE LINGUAGEM TEATRAL

- PESQUISA DE LINGUAGEM HISTÓRICA

MARLEY – A PESQUISA IMPLICA EM MEMÓRIA, o acesso à memória não pode ser restrito (em relação a SP) DENUNCIAR DECRETO 45657/2004, preços abusivos ao acesso ao acervo

T. - MEMÓRIA – ARMAZENAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO, implica um custo

Atualização dos equipamentos, etc.

Instituições que merecem ser citadas: Cedoc, idart, museu da imagem e do

som, museu do teatro do rio de janeiro, fundação municipal de cultura de BH, fundação Clóvis Salgado, vai ser inaugurado um centro de referência da Redemoinho, arquivo nacional do rio, arquivo da cidade, museu Lazar Segal, Folha, Estado, Comércio, JB, Globo, FIT BH. Simão Cury – memória dos atores

Sugestão para reunião do que foi produzido no Brasil:

T. FUNARTE – teria a vocação para isso, não só memória com também publicação. Solicitar as publicações de todo BR. Incluir a Funarte como endereço obrigatório para receber os releases de tudo e ir completando o acervo.

ANUÁRIO – coleção das fichas técnicas

OSMAR PRADO – derrubar a lei que transforma a memória em propriedade privada, depois leis de incentivo.

BERNARDES – todo material do CBTU vai para o CEDOC

Marley – campanhas de divulgação

T. Chamar simpósios, encontros da memória teatral, para se discutir qual é a política nacional de pesquisa, memória, preservação e armazenamento que queremos. Juntar a classe, pesquisadores e instituições.

Questão do arquivo administrativo, que é separado do arquivo de memória

Osmar – a rede globo vem fazendo um banco de memória sobre sua história

Lutar pela gratuidade

T. – as taxas foram criadas devido à penúria das instituições

Brigar pela dotação orçamentária dessas instituições para que as necessidades básicas sejam supridas

T. Dois setores:

Biblioteca: periódicos, obras de referência, coleções, dramaturgia, estudos teóricos, livros técnicos.

Centro de doc. Novas mídias, setor de informatização, objetos tridimensionais: figurinos, móveis, maquetes, desenhos, croquis, aquarelas.

Parte impressa: programas, impressos, folders, flipetas, recortes de jornal
Álbuns de recortes, de fotografias

BERNARDES – O museu histórico guarda alguma coisa de acervo tridimensional

Depoimento do Encontrarte – foi feita uma exposição do teatro na baixada fluminense desde a década de 60 – a pesquisa levou a descoberta de que o acervo tinha sido queimado, por falta de local para armazenamento. A exposição foi feita com acervos individuais.

Sugestão – focar um grande centro que possa centralizar a memória do interior e periferia.

CATARINA – discussão da política de memória em relação ao acesso

T. Política permanente de publicação para garantir o acesso e circulação

Política editorial para o dramaturgo nacional

Bernardes – fazer um catálogo/anuário com as fichas técnicas de todas as peças que estiveram em cartaz para publicar no site da FUNARTE e tam-

bém uma publicação

QUESTÃO DOS ESPAÇOS OCIOSOS NAS UNIVERSIDADES, FAZER UM CIRCUITO DE TEATRO NAS UNIVERSIDADES. REDE DE ESCOLAS UNIVERSITÁRIAS DE TEATRO. PEDIR A CADA ESCOLA A GRADE DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS PARA PODER PROGRAMAR, MONTAR UM INTERCÂMBIO. ISSO TERIA QUE SER LEVANTADO PELA FUNARTE, POIS SE FOR DEPENDER DAS ESCOLAS...

DIRETRIZES

FOMENTO

1. Implantar uma lei, em escala nacional, para o fomento ao teatro no país.
2. Programa de Implantação e/ou revitalização de teatros em todos os municípios, garantindo ações que possibilitem a cessão e manutenção de espaços públicos ociosos para atividades teatrais.
3. Abertura de linhas de crédito para recuperação de teatros (públicos e privados) e produção teatral.
4. Aparelhamento de espaços culturais novos e manutenção dos já existentes.

FORMAÇÃO

1- Interface entre cultura e educação com participação igualitária da sociedade no grupo de trabalho interministerial entre o MinC e o MEC com as seguintes funções:

- 1.1 - Implantar cursos de licenciatura em Teatro em todos os estados da federação.

1.2 - Teatro como disciplina obrigatória na Educação Básica ministrada por professores com licenciatura em teatro.

1.3 - Criação e desenvolvimento de um programa de formação continuada de professores de artes, adequado à demanda específica.

1.4 - Implantação de um fórum nacional de ensino de teatro formal e não formal no país.

1.5 - Implantação de um fórum nacional para formular proposta unificada de curso de gestão cultural.

1.6 - Criar, dentro do MEC, um projeto de formação de público para o ensino superior.

2. Acessar recursos do FNDE para ações de formação na área de teatro.

3. Criação de parcerias entre a FUNARTE, o sistema "S" (SESC, SENAC, SESI, SEST-SENAT, SEBRAE, etc), FAT e as TVs públicas para a implantação de um programa nacional de treinamento técnico em teatro, elaboração de projetos e captação de recursos.

4. Criação continuada de programas de estímulo ao estudo e pesquisa de grupos e companhias teatrais.

5. Estabelecer uma rede de projetos de formação de público (levar estudantes ao teatro) nas esferas: federal, estadual e municipal.

DIFUSÃO

1. Garantir por lei um projeto de circulação e difusão do teatro no Brasil.

2. Subsídio federal a programas de circulação e difusão teatral, em parceria com estados e municípios.

3. Construir um programa nacional de difusão de teatro de rua, para democratizar o acesso do teatro à população.

4. Criar uma política de difusão sistemática, com calendário nacional unificado, que contemple a realização de mostras e festivais, nos níveis municipal, estadual, regional e nacional, com ênfase na formação (debates, seminários, palestras, oficinas).

5. Garantir o repasse de recursos para a realização de festivais e mostras teatrais em todo o país.

GESTÃO

1. Criar, em convênio com o IBGE ou outro órgão afim, uma pesquisa, em escala nacional, sobre as estatísticas do setor teatral, com os parâmetros fornecidos pela Câmara Setorial de Teatro.

TRIBUTAÇÃO

1. Criar uma Lei que vise a isenção fiscal para as atividades culturais.

MEMÓRIA

1. Promover encontros entre pesquisadores, profissionais de teatro e instituições afins para elaborar política de memória do teatro brasileiro.

2. Criação de centros de referência estaduais e banco de informações na internet

ESCOLHA DO REPRESENTANTE DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO NO CNPC

Nesta última reunião houve a votação para escolha do representante da Câmara Setorial de Teatro no Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Estavam presentes além dos 11 representantes Estaduais da C.S.T. o Presidente da Funarte Antônio Grassi, Vitor Ortiz, Gerente Geral de Programas e do Centro de Programas Integrados, Antônio Gilberto Ferreira, diretor do CE-ACEN, Cristina Pereira, coordenadora de Teatro da Funarte e Lúcia Pardo, Ouvidora do MinC. Todos reunidos decidiram que apenas os 11 representantes Estaduais escolheriam seu representante e suplente.

Numa votação aberta e na presença de todos os presentes na 4ª reunião foi escolhido Oséas Borba Neto, representante do Estado de Pernambuco, e seu suplente Gustavo Bartolozzi, representante do Estado de Minas Gerais.

Portanto os representantes da Câmara Setorial de Teatro no Conselho de Políticas Culturais são:

- Oséas Borba Neto – titular
- Gustavo Bartolozzi – suplente

MOÇÃO DE APOIO A PEC 150/2003

Apoio a PEC nº 150/2003 (Proposta de Emenda Constitucional), solicitando 2% para a Cultura, que teve seu relatório aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

3. Relatório 2006

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE TEATRO

DIAS 19 E 20 DE JULHO DE 2006

MINISTÉRIO DA CULTURA
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
BRASÍLIA - DF

INDICE

1. Abertura
2. Balanço dos Prêmios Myriam Muniz (teatro) e Klauss Vianna (dança)
3. Apresentação da metodologia de elaboração do Plano Nacional de Cultura
4. Apresentação das Mudanças na Lei Federal de Incentivo à Cultura
5. Definição dos Grupos de Trabalhos Específicos do Teatro e escolha de Representantes
6. Apresentação da proposta de criação dos Grupos de Trabalhos sobre temas Transversais/ GTTs das Câmaras Setoriais
7. Eleição das (os) representantes do Teatro para os GTTs
8. Encaminhamentos Finais

1. ABERTURA

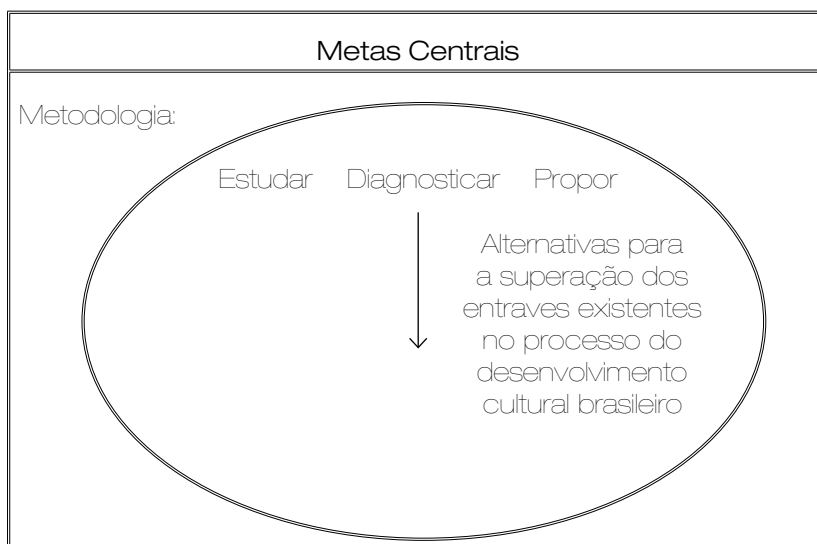
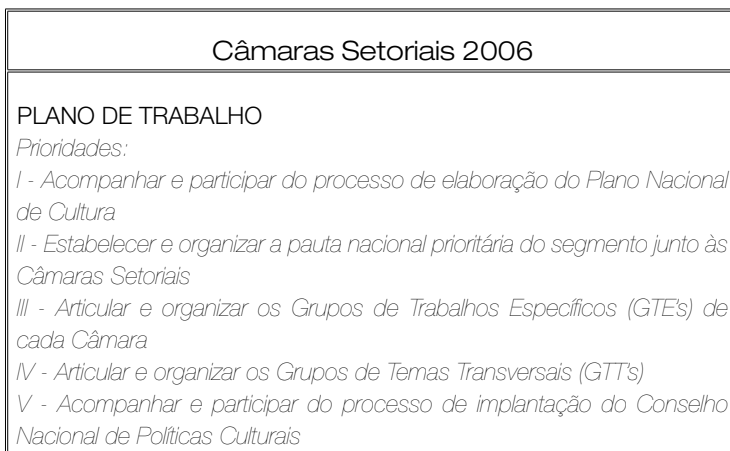
Dia 19/07/2006 - Composição da mesa.

O primeiro dia da reunião contou com a integração das Câmaras Setoriais do Teatro e da Dança.

Antônio Grassi – Presidente da Funarte

Vitor Ortiz – Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte e Coordenador das Câmaras Setoriais

Apresentação do Plano de Trabalho das Câmaras Setoriais em 2006.



CALENDÁRIO DE REUNIÕES / TEATRO

I - Encontros Nacionais da Câmara Setorial

*19 e 20 de julho
7 e 8 de novembro*

II - Reuniões dos GTE's / Temas do Teatro

*17 de agosto
21 de setembro*

III - Reuniões dos GTT's / Temas Transversais

*DIREITOS AUTORAIS (01/08 e 11/09)
MINC / MEC (02/08 e 06/09)
ECONOMIA DA CULTURA (03/08 e 05/09)
MEMÓRIA DAS ARTES (09/08 e 12/09)
TRABALHISTA / TRIBUTAÇÃO (10/08 e 13/09)*

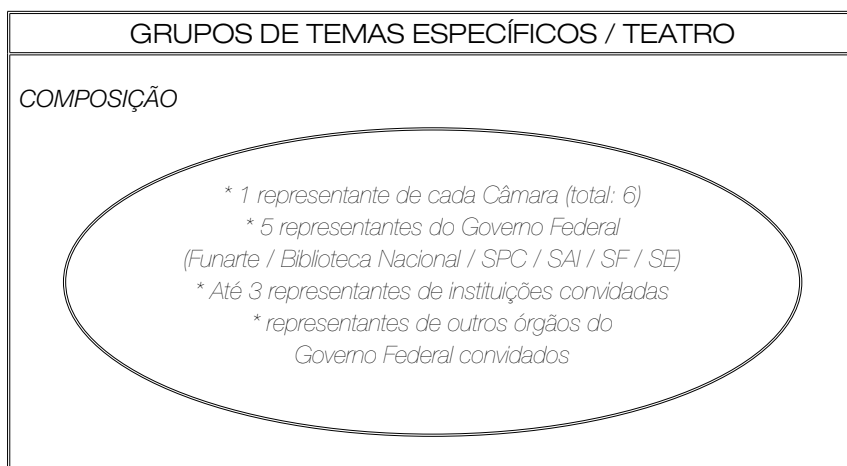
GRUPOS DE TEMAS ESPECÍFICOS / TEATRO

DOIS GRUPOS

Grupo 1 / Tema:	Reuniões:	Pauta:
Grupo 2 / Tema:	Reuniões:	Pauta:

COMPOSIÇÃO

- * 3 representantes da Câmara Setorial*
- * 1 representante do CEACEN Funarte*
- * 3 representantes do MinC (SPC / SAI / SE)*
- * 2 de instituições convidadas*



2. BALANÇO DOS PRÊMIOS MYRIAM MUNIZ E KLAUSS VIANNA

Antônio Grassi – Presidente da Funarte

Explanou sobre a necessidade de reavaliar e aprimorar os prêmios para o Teatro e a Dança, este deve ser um esforço concentrado, tanto da Funarte e do Governo, como da sociedade civil, através das Câmaras Setoriais.

Entendendo que os Prêmios são editais e são públicos, as comissões de avaliação dos projetos não têm nenhum integrante da Funarte, são especialistas das áreas que fazem a seleção. Os dois prêmios são uma política de fomento para as áreas. Explicou que no ano de 2005 não havia orçamento liberado para o lançamento dos prêmios, porém foi buscado parceria junto a Petrobras e outros, conseguindo implementar o prêmio fomento Funarte/Petrobras de R\$ 2.000.000,00 em um primeiro momento, mais tarde aumentou para R\$ 10.000.000,00 da Petrobras e R\$ 3.000.000,00 da Fu-

narte, neste momento foi lançado os Prêmios Myriam Muniz e Klauss Vianna. As dotações orçamentárias e a forma de tratamento de cada uma delas foi um problema para a Funarte e para os projetos selecionados, uma vez que os selecionados pela rubrica da Petrobras não foram incididos descontos de impostos, pela origem do recurso, mas os projetos selecionados pela rubrica da Funarte tiveram descontos, em função dos critérios da Receita Federal.

Relatou ainda os problemas na composição das comissões de avaliação dos Prêmios, onde nem todos os Estados tem representação, uma vez que as Comissões são regionais, seguindo as normas de descentralização regional da cultura no país. Medida esta acertada, pois somente desta forma os Prêmios conseguem atingir todos os Estados brasileiros. Este é um programa que gera a produção e pode mudar o cenário.

Apresentação do relatório do balanço dos prêmios.

3. APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

Alfredo Manevy – Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura

Saudou a todos (as) e destacou a importância de compreender a cultura com uma abordagem de gestão administrativa, construindo políticas públicas culturais. Citou a descentralização da cultura, através das diversas áreas de atuação cultural, como uma das melhores experiências em termos de gestão democrática e participativa,

dando o exemplo das Câmaras Setoriais, a criação do Conselho Nacional de Políticas Culturais, o processo da Conferência Nacional e a construção do Plano Nacional que esteja inserido no Sistema Nacional de Cultura.

O Plano Nacional de Cultura tem uma divisão interna semelhante às Câmaras, uma vez que trata de diagnosticar a situação em cada área e elaborar propostas e projetos que viabilizem políticas públicas para cada área cultural.

O Plano é o que operacionaliza o Sistema Nacional, otimizando recursos e articulando ações de políticas culturais.

PLANO NACIONAL DE CULTURA

Processo de elaboração:

I - A Secretaria de Políticas Culturais do MINC vai coordenar um processo democrático de consulta aos segmentos para elaboração de diretrizes que comporão proposta a ser encaminhada ao Congresso Nacional

II - Os segmentos participarão através do CNPC, das Câmaras Setoriais, da Conferência Nacional de Cultura e de outros processos de debate e consulta organizados pelo MINC

III - A proposta elaborada deverá ser enviada ao Congresso Nacional para apreciação e votação

4. APRESENTAÇÃO DAS MUDANÇAS DA LEI FEDERAL DE INCENTIVO À CULTURA

Marco Acco – Secretário de Fomento do Ministério da Cultura

Saudou a todos (as) e explanou sobre as modificações da Lei de Incentivo à Cultura.

5. DEFINIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHOS ESPECÍFICOS DO TEATRO E ESCOLHA DOS REPRESENTANTES

A Câmara Setorial já havia priorizado as propostas do teatro na última reunião, abaixo descritas, já com os encaminhamentos para os GTEs e/ou GTTS:

DIRETRIZES

FOMENTO – ações para o GTE Fomento (Produção e Difusão)

1. Implantar uma lei, em escala nacional, para o fomento ao teatro no país.
2. Programa de Implantação e/ou revitalização de teatros em todos os municípios, garantindo ações que possibilitem a cessão e manutenção de espaços públicos ociosos para atividades teatrais.
3. Abertura de linhas de crédito para recuperação de teatros (públicos e privados) e produção teatral.
4. Aparelhamento de espaços culturais novos e manutenção dos já existentes.

FORMAÇÃO – ações para o GTT Minc/Mec e outros

1- Interface entre cultura e educação com participação igualitária da sociedade no grupo de trabalho interministerial entre o MinC e o MEC com as seguintes funções:

- 1.1 - Implantar cursos de licenciatura em Teatro em todos os estados da federação.
- 1.2 - Teatro como disciplina obrigatória na Educação Básica ministrada por professores com licenciatura em teatro.
- 1.3 - Criação e desenvolvimento de um programa de formação continuada de professores de artes, adequado à demanda específica.
- 1.4 - Implantação de um fórum nacional de ensino de teatro formal e não formal no país.
- 1.5 - Implantação de um fórum nacional para formular proposta unificada de curso de gestão cultural.

1.6 - Criar, dentro do MEC, um projeto de formação de público para o ensino superior.

2 Acessar recursos do FNDE para ações de formação na área de teatro.

3. Criação de parcerias entre a FUNARTE, o sistema "S" (SESC, SENAC, SESI, SEST-SENAT, SEBRAE, etc), FAT e as TVs públicas para a implantação de um programa nacional de treinamento técnico em teatro, elaboração de projetos e captação de recursos.

Proposta para o GTE Articulação e Gestão

4. Criação continuada de programas de estímulo ao estudo e pesquisa de grupos e companhias teatrais. **Proposta para os GTTs Memória e Minc/Mec**

5. Estabelecer uma rede de projetos de formação de público (levar estudantes ao teatro) nas esferas: federal, estadual e municipal. Proposta para o GTT Minc/Mec e GTE Articulação e Gestão

DIFUSÃO – propostas para o GTE Fomento(Produção e Difusão)

1. Garantir por lei um projeto de circulação e difusão do teatro no Brasil.

2. Subsídio federal a programas de circulação e difusão teatral, em parceria com estados e municípios.

3. Construir um programa nacional de difusão de teatro de rua, para democratizar o acesso do teatro à população.

4. Criar uma política de difusão sistemática, com calendário nacional unificado, que contemple a realização de mostras e festivais, nos níveis municí-

pal, estadual, regional e nacional, com ênfase na formação (debates, seminários, palestras, oficinas).

5. Garantir o repasse de recursos para a realização de festivais e mostras teatrais em todo o país.

GESTÃO – GTE Articulação e Difusão

1. Criar, em convênio com o IBGE ou outro órgão afim, uma pesquisa, em escala nacional, sobre as estatísticas do setor teatral, com os parâmetros fornecidos pela Câmara Setorial de Teatro.

TRIBUTAÇÃO – GTT Trabalhista e Tributária

1. Criar uma Lei que vise à isenção fiscal para as atividades culturais.

MEMÓRIA – GTT Memória e Patrimônio

1. Promover encontros entre pesquisadores, profissionais de teatro e instituições afins para elaborar política de memória do teatro brasileiro.

2. Criação de centros de referência estaduais e banco de informações na internet

Obs.: Sugere-se que a representação do Teatro no GTT Memória e Patrimônio leve a proposta de alteração do nome do GTT, que seria "**Geração e difusão de conhecimento, Memória e Patrimônio**"

Os Grupos de Trabalhos Específicos e suas representações são:

<i>GTE</i>	<i>Titulares</i>	<i>Suplentes</i>
<i>Fomento (Produção e Difusão)</i>	<i>Marley Dackwardt, Antonio Bernardes e Oscar Roney A. Ramos</i>	<i>Suely Aquerlei e Ney Piacentini</i>
<i>Articulação e Gestão</i>	<i>Maria Eliza Gunther, Hirtton Fernandes Jr. e Joana Abreu</i>	<i>Maria do Socorro Ferreira da Silva (Papoula)</i>

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DOS GRUPOS DE TEMAS TRANSVERSAIS

Vitor Ortiz – Diretor do Centro de Programas Integrados da Funarte e Coordenar das Câmaras Setoriais

Apresentou a proposta de trabalho dos Grupos de Temas Transversais – GTTs

Objetivos: * discutir e elaborar políticas nas diversas áreas culturais;

GRUPOS DE TEMAS TRANSVERSAIS

COMPOSIÇÃO

- * 1 representante de cada Câmara (total: 6)
- * 5 representantes do Governo Federal
(Funarte / Biblioteca Nacional / SPC / SAI / SF / SE)
- * Até 3 representantes de instituições convidadas
- * representantes de outros órgãos do
Governo Federal convidados

GRUPOS DE TEMAS TRANSVERSAIS

CINCO GRUPOS:

GRUPO 1 / TEMA: DIREITOS AUTORAIS	REUNIÕES: 1/8 e 11/9	LOCAL: Brasília
GRUPO 2 / TEMA: MINC / MEC FORMAÇÃO	REUNIÕES: 2/8 e 6/9	LOCAL: Brasília
GRUPO 3 / TEMA: ECONOMIA DA CULTURA	REUNIÕES: 3/8 e 5/9	LOCAL: Brasília
GRUPO 4 / TEMA: MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	REUNIÕES: 9/8 e 12/9	LOCAL: Brasília
GRUPO 5 / TEMA: QUESTÕES TRABALHISTAS E TRIBUTAÇÃO	REUNIÕES: 10/8 e 13/9	LOCAL: Brasília

7. ELEIÇÃO DOS/AS REPRESENTANTES DA CÂMARA SETORIAL DO TEATRO PARA OS GTTS

tema e, em casos de múltiplas escolhas, fez-se votação nominal, somente dos/as integrantes da sociedade civil da Câmara.

A metodologia usada foi de auto-indicação ou indicação por afinidade ao

Grupo de Tema Transversal - GTT	Titular	Suplente
<i>Direitos Autorais</i>	<i>Oséas Borba neto</i>	<i>Marley Danckwardt</i>
<i>MINC/MEC</i>	<i>Marbo Giannaccini</i>	<i>Hirton Fernandes Júnior</i>
<i>Economia da Cultura</i>	<i>Gustavo Bartolozzi</i>	<i>Marcio Pimentel</i>
<i>Memória e Patrimônio</i>	<i>Maria do Socorro F.Silva (Papoula)</i>	<i>Maria Eliza Gunther</i>
<i>Questões Trabalhistas e Tributárias</i>	<i>Aluízio Cherobim</i>	<i>Oscar Roney A. Ramos</i>

8. ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Ficou deliberado que a participação da representante da Paraíba, Buda Lyra seja convidado para acompanhar o processo da Câmara Setorial e que no final deste ano seja incluída oficialmente a participação da Paraíba na Câmara setorial, uma vez que não será possível mudar a Portaria que criou as Câmaras neste ano.

Foi aprovado a Moção para o Fórum dos (as) Secretários (as) Estaduais de Cultura, que é:

"A Câmara Setorial do Teatro em reunião nos dias 19 e 20 de julho de 2006 aprovou moção ao Fórum de Secretários Estaduais de Cultura sugerindo que os Estados formulem lei de incentivo à cultura e os que já possuem tornem ativos tais programas."

Câmara Setorial do Teatro.
Brasília, 20 de julho de 2006.

PARTE II

COLEGIADO SETORIAL DE TEATRO

1. Apresentação

A inovação dos Colegiados Setoriais

A retomada das atividades dos espaços de participação social setoriais do Ministério da Cultura, em 2009, foi marcada pela efetivação do compromisso assumido, pela coordenação-geral do Conselho Nacional de Política Cultural, de que a parceria entre MinC e sociedade civil seria fundamental na construção de políticas públicas para a cultura. A valorização da interlocução se materializou com a incorporação da participação social em processos vitais do MinC, como o estabelecimento de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura (PNC) e em seus documentos complementares, que são os Planos Setoriais para as linguagens artísticas. O esforço de dar centralidade à participação social visou, antes de mais nada, democratizar o Estado brasileiro, criando uma nova institucionalidade que incorpora os preceitos democratizantes no dia a dia de trabalho do Poder Público.

É importante evidenciar que a instalação do CNPC, em dezembro de 2007, consolidou a transição do modelo das Câmaras, estruturas relacionadas aos aspectos econômicos das artes e focadas no aprimoramento das cadeias produtivas das linguagens, para os Colegiados, voltados para o desenvolvimento de políticas públicas mais amplas para cada setor. Esta mudança de paradigma garantiu à participação social da cultura abarcar um conjunto de novas tarefas, mais abrangentes, e possibilitou que uma gama maior de temas fossem discutidos e deliberados em seu plenário. A busca contínua da pactuação entre a ação do Estado e da sociedade cultural rendeu bons frutos, e pode ser vista em cada um dos documentos aqui compilados. Os grandes exemplos deste esforço conjunto são, sem dúvida, as propostas de Planos Setoriais para o teatro, dança, circo, música, artes visuais, moda, cultura popular e cultura indígena.

O processo de elaboração de diretrizes de curto, médio e longo prazo para as políticas públicas de cultura, de cada um destes setores, consumiu boa parte do tempo de funcionamento destes órgãos colegiados e, na maioria das vezes, teve como base inicial o trabalho realizado pelas Câmaras Setoriais, que foi todo recuperado e devidamente registrado. Ao longo deste período, conseguimos consolidar entendimentos consistentes sobre os rumos das políticas para as artes no país, em um processo de negociação inédito no campo cultural. Tal processo envolveu atores políticos muito representativos e distintos, que vão dos artistas aos produtores, passando por acadêmicos e chegando até as grandes entidades nacionais de cada segmento.

Outro ponto a ser ressaltado é o início da mudança na cultura política da cultura, perpetrado pelo funcionamento dos Colegiados Setoriais. Alteramos a dinâmica de representação política nos segmentos artísticos, e isto ocorre pela nova forma da área ser tratada, tanto pelo Estado quanto pela própria sociedade civil. A disputa por recursos pura e simplesmente

começa a sair da pauta de negociação entre os atores, dando lugar a reivindicações mais complexas, como a busca conjunta de maior grau de articulação das ações dos órgãos governamentais; política de fomento e incentivo fiscal articuladas e o aprimoramento da interface entre políticas educacionais com culturais. Esta talvez seja a grande inovação do CNPC até agora.

Gustavo Vidigal

Secretário-geral do CNPC

Marcelo Veiga

Coordenador-geral do CNPC

2. Regimento Interno

PORTARIA Nº 48, DE 28 DE ABRIL DE 2010.

Publica o Regimento Interno do Colegiado Setorial de Teatro do Conselho Nacional de Política Cultural.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, a alínea "a" do inciso VI do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e tendo em vista o disposto no art. 38 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural, publicado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, nos termos do § 4º do art. 12 do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar e publicar, na forma do Anexo desta Portaria, o Regimento Interno do Colegiado Setorial de Teatro, órgão integrante do Conselho Nacional de Política Cultural.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

Publicado no DOU de 30 de abril de 2010, seção 1, p. 32

ANEXO REGIMENTO INTERNO COLEGIADO SETORIAL DE TEATRO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

Art. 1º O Colegiado Setorial de Teatro é órgão integrante da estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, nos termos do art. 6º e do art. 9º do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.973, de 7 de outubro de 2009.

Art. 2º O Colegiado Setorial de Teatro é integrado por um Plenário, que será presidido pelo Secretário-Geral do CNPC, cabendo-lhe, além do voto pessoal, o de qualidade.

§ 1º A condução dos trabalhos deverá observar, no que couber e subsidiariamente, o disposto no Regimento Interno do CNPC.

§ 2º Na ausência do Secretário-Geral do CNPC o Plenário será presidido pelo Coordenador-Geral do CNPC, ou por pessoa por ele indicada.

Art. 3º Compete ao Plenário do Colegiado de Teatro:

I – debater, analisar, acompanhar, solicitar informações e fornecer subsídios ao CNPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias relacionadas ao setor de Teatro;

II – revisar, acompanhar e avaliar as diretrizes do Plano Nacional de Teatro;

III – promover o diálogo entre poder público, sociedade civil e os agentes culturais, com vistas a fortalecer a economia da cultura e a circulação de idéias, de produtos e de serviços, assegurada a plena manifestação da diversidade das expressões culturais;

IV – propor e acompanhar estudos que permitam identificação e diagnósticos precisos da cadeia produtiva, criativa e mediadora relacionada ao setor;

V – contribuir com a articulação setorial ou intersetorial objetivando a dinamização dos arranjos produtivos locais, relacionados ao setor do teatro nos planos nacional, regional e local;

VI – propor ações para incentivar a criação de redes sociais que subsidiem a formulação, a implantação e a continuidade de políticas públicas no respectivo setor;

VII – propor ações para estimular a integração de iniciativas sócio-culturais de agentes públicos e privados de modo a otimizar a aplicação de recursos para o desenvolvimento das políticas culturais;

VIII – propor ações para estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a formulação, realização, acompanhamento e avaliação de políticas públicas na área da cultura, em especial as atinentes ao setor do Teatro;

IX – subsidiar o CNPC na avaliação das diretrizes e no acompanhamento do Plano Nacional de Cultura;

X – propor parâmetros para a elaboração de editais públicos e de políticas de fomento ao setor do Teatro e para a criação e avaliação da execução dos diversos mecanismos de incentivo cultural;

XI – receber as informações necessárias para a avaliação e o aprimoramento dos editais aprovados e publicados;

XII – auxiliar o CNPC em matérias relativas ao setor do Teatro, respondendo às demandas do Plenário;

XIII – propor ações para incentivar a valorização das atividades e modalidades de exercício profissional vinculadas ao Colegiado Setorial de Teatro, além da formação de profissionais do setor;

XIV – propor ações para incentivar a promoção de atividades de pesquisa e formação;

XV – propor ações para a promoção e o apoio de ações voltadas para a mediação da área específica;

XVI – subsidiar o Plenário na elaboração de resoluções, proposições, recomendações e moções no âmbito do CNPC e do Sistema Federal de Cultura – SFC;

XVII – debater e emitir parecer sobre consulta que lhe for encaminhada pelo CNPC;

Art. 4º O Plenário do Colegiado Setorial de Teatro será composto por, titulares e suplentes, representantes do poder público e da sociedade civil nomeados pelo Ministro de Estado da Cultura, conforme segue:

I – 5 (cinco) representantes do Poder Público, escolhidos dentre técnicos e especialistas indicados pelo Ministério da Cultura e/ou pelos órgãos estaduais, distrital e municipais relacionados ao setor e seus suplentes;

II – 15 (quinze) representantes da sociedade civil organizada.

§ 1º As indicações e escolhas dos representantes citados nos incisos I e II deste artigo observarão, quando cou-

ber, normas publicadas pelo Ministério da Cultura.

§ 2º É membro nato do poder público o representante da entidade finalística integrante do SFC, cujas atribuições correspondam ao campo setorial de Teatro.

§ 3º A representação da sociedade civil, nos termos do inciso II, deverá contemplar as cinco macrorregiões do país, e as seguintes áreas relacionadas ao Teatro:

I - Formação e Memória;

II - Criação e Pesquisa; e

III - Produção e Difusão.

§ 4º Para dirimir eventuais conflitos de interesses, o Ministro de Estado da Cultura poderá indicar até 3 (três) membros de reconhecida atuação no setor atinente.

§ 5º O mandato dos representantes do poder público será de um ano, improrrogável, a contar da data da posse, sendo permitida uma única recondução.

§ 6º O mandato dos representantes da sociedade civil será de dois anos, improrrogável, a contar da data da posse, sendo permitida uma única recondução.

§ 7º Cada titular terá um suplente, escolhidos no mesmo processo eleitoral.

Art. 5º Temas emergenciais e/ou transversais serão remetidos ao Plenário do CNPC, que deliberará sobre a conveniência e oportunidade de criação de Grupo de Trabalho ou Comissão Temática.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho e comissões temáticas constituídos poderão, caso necessário, solicitar a participação de especialistas da área, por indica-

ção do Colegiado Setorial de Teatro, em consonância com o Regimento Interno do CNPC.

Art. 6º As reuniões ordinárias do Colegiado Setorial de Teatro serão semestrais, podendo ter sua periodicidade elevada, excepcionalmente, em razão de Plano de Trabalho apresentado e aprovado pela Coordenação-Geral do CNPC.

Parágrafo único. O Presidente do Colegiado Setorial de Teatro poderá convocar extraordinariamente o colegiado, a qualquer tempo.

Art. 7º As reuniões do Colegiado Setorial de Teatro serão públicas, instaladas com a presença da maioria simples de seus membros e convocadas pelo Secretário-Geral do CNPC.

§ 1º As reuniões serão realizadas, preferencialmente, em Brasília.

§ 2º Além das reuniões, o Colegiado Setorial de Teatro também utilizará recursos tecnológicos como meio de intensificar seus debates, especialmente videoconferências, fóruns de discussão na internet e mecanismos públicos de consulta não presenciais, a serem viabilizados pelo Ministério da Cultura.

§ 3º As atividades e decisões tomadas nas reuniões serão registradas em ata própria e tomadas públicas através da página eletrônica do CNPC na Internet.

§ 4º As reuniões deverão ser realizadas, preferencialmente, em datas não coincidentes com outras instâncias do CNPC.

Art. 8º As decisões do Colegiado Setorial de Teatro serão tomadas por maioria simples de votos, salvo o disposto no art. 14 deste Regimento Interno.

§ 1º O exercício do direito a voz e voto

é privativo dos membros titulares ou, na sua ausência, dos respectivos suplentes eleitos na forma do art. 4º deste Regimento Interno, não sendo permitido seu exercício por representantes, mesmo que qualificados.

§ 2º Todos os documentos, relatórios e atas de reuniões – presenciais ou remotas – produzidos pelo Colegiado Setorial de Teatro deverão ser postos à disposição em sítio eletrônico, remetidos aos membros do colegiado e arquivados pelo Ministério da Cultura.

Art. 9º A matéria a ser submetida à apreciação do Plenário pode ser apresentada por qualquer membro e constituir-se-á de:

I – recomendação, quando se tratar de manifestação sobre implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área do Teatro; e

II – moção, quando se tratar de outra manifestação dirigida ao Poder Público e/ou à sociedade civil em caráter de alerta, comunicação honrosa ou pesarosa.

§ 1º As recomendações serão encaminhadas à Secretaria-Executiva do CNPC, que as colocará na pauta da instância apropriada do Conselho para análise e tramitação, conforme ordem cronológica de apresentação ou atendendo às prioridades fixadas pelo Colegiado Setorial de Teatro.

§ 2º As recomendações e moções serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo à Secretaria-Executiva do CNPC coligi-las, ordená-las e indexá-las.

§ 3º As moções independem de apreciação por outras instâncias do Conselho, devendo ser votadas na reunião plenária que forem tempestivamente apresentadas ou, não havendo qu-

orum ou tempo hábil para fazê-lo, na reunião subsequente.

Art. 10. A articulação das agendas e a pauta de trabalho serão elaboradas e desenvolvidas pela Secretaria-Executiva do CNPC, em comum acordo com o Plenário do Colegiado Setorial de Teatro.

Art. 11. A participação dos membros do Colegiado Setorial de Teatro é considerada prestação de serviço de relevante interesse público, não sendo remunerada.

Art. 12. Poderão ser convidadas, pelo Plenário do Colegiado Setorial de Teatro, para participarem de reuniões específicas, com direito a voz e sem direito a voto, pessoas e instituições relacionadas a assuntos que estejam sendo objeto de análise.

Parágrafo único. A presença de pessoas convidadas não será computada para efeito de quorum das reuniões do Colegiado.

Art. 13. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as normas estabelecidas pelo Regimento Interno do CNPC.

Parágrafo único. As dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionadas pelo Plenário do CNPC, que, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao funcionamento do Colegiado de Teatro e à ordem dos trabalhos.

Art. 14. O presente Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta do Plenário, com aprovação de dois terços dos membros do Colegiado.

Art. 15. Este Regimento Interno deverá ser encaminhado ao Plenário do CNPC e submetido à aprovação do Ministro de Estado da Cultura.

3. Portaria de Nomeação Biênio 2010/2011

PORTARIA Nº 80, DE 23 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre a composição do Colegiado Setorial de Teatro, no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, com fundamento no art. 6º, inciso III, e no art. 12, § 4º, do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, bem como no art. 10 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural, publicado pela Portaria nº 28, de 19 de março de 2010, e no art. 4º do Regimento Interno do Colegiado Setorial de Teatro, publicado pela Portaria nº 48, de 28 de abril de 2010, e em observância ao disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º O Colegiado Setorial de Teatro, instituído por meio do art. 10 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural, com base no art. 6º, inciso III, do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, será composto pelos seguintes representantes do poder público e da sociedade civil:

I - Wladilene de Sousa Lima, titular, e seu suplente, Elcias Villar Carvalho;

II - Carlos Henrique Lisboa Fontes, titular, e sua suplente, Elizandra Rocha Araújo;

III - Guilherme Alves Carvalho, titular, e seu suplente, Antônio Delgado Filho;

IV - Thiago Reis Vasconcelos, titular, e sua suplente, Rosa Helena Rasuck;

V - Cleber Rodrigo Braga de Oliveira, titular, e seu suplente, Joaquim Rodrigues da Costa;

VI - Virgínia Lúcia da Fonseca Menezes, titular, e sua suplente, Vanéssia Gomes dos Santos;

VII - Jandeivid Lourenço Moura, titular, e sua suplente, Maria Neves Garcia;

VIII - Marcio Silveira dos Santos, titular, e sua suplente, Valéria de Oliveira;

IX - Lenine Barbosa de Alencar, titular, e seu suplente, Márcio José Sergino;

X - Demetrio Nicolau, titular, e seu suplente, Richard Riguetti;

XI - Leone Silva, titular, e sua suplente, Claudia Schulz;

XII - Raimundo Nonato Tavares Ramos, titular, e seu suplente, Paulo Ricardo Silva do Nascimento, ambos representantes da área de criação e pesquisa;

XIII - Pedro Henrique Lira Vilela, titular, e sua suplente, Maria de Fátima Sousa Sobrinho;

XIV - Fernando Oliveira Cruz, titular, e seu suplente, Vitor Hugo Samudio Delasierra Britez;

XV - Cristiano Enéas Moreira Pena, titular, e seu suplente, Leonardo Lessa de Mendonça;

XVI - Gustavo Carneiro Vidigal Cavalcanti, e seu suplente, Marcelo Veiga;

XVII - Silvana Lumachi Meireles, titular, e seu suplente, José Luiz Herência;

XVIII - Marcelo Vitor Mendes Bones, titular, e sua suplente, Elaine Pollis Grossmam;

XIX - Maria Helóisa Vinadé, titular, e sua suplente, Mere Cristina da Silva Bezerra; e

XX - Márcio Meireles, titular.

Parágrafo único. O mandato dos representantes da sociedade civil do Colegiado Setorial de Teatro, de que trata este Decreto, será de dois anos, improrrogável, a contar do dia 06 de abril de 2010, data da posse, de acordo com o art. 10, § 5º, do Regimento Interno do CNPC.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados pelo Colegiado Setorial de Teatro nas reuniões de 06 de abril de 2010 e de 28 de maio de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

Publicado no D.O.U. de 27/07/2010,
SEÇÃO 2, P. 6

4. Reuniões

1ª REUNIÃO (14 / 10 / 2008)

Local: Hotel Carlton – Brasília/DF

Temas debatidos: Apresentação dos Integrantes da Câmara Setorial de Teatro; Discussão de tópicos relevantes relacionados à Câmara Setorial de Teatro; Discussão do regimento interno do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

2ª REUNIÃO (13 / 05 / 2009)

Local: Hotel San Marco – Brasília/DF

Temas debatidos: Avaliação do Plano Nacional de Teatro.

3ª REUNIÃO (29 / 10 / 2009)

Local: Hotel San Marco – Brasília/DF

Temas debatidos: Avaliação do Regimento Interno do Colegiado Setorial de Teatro; Apresentação das Pré-Conferências Setoriais.

Reunião Conjunta (06 / 04 / 2010)

Local: Academia de Tênis – Brasília/DF

Temas debatidos: Análise das políticas implementadas; Pauta para 2010: definição das propostas de prioridades.

4ª REUNIÃO (28 / 05 / 2010)

Local: Hotel St. Paul – Brasília/DF

Temas debatidos: Explicação sobre o novo formato do FNC: Competências do Colegiado Setorial de Teatro; Eleição do Representante do Colegiado no Plenário do CNPC; Eleição do Representante do Colegiado para o Comitê dos Fundos Setoriais; Proposta de Estruturação do Fundo de Artes Cênicas.

5ª REUNIÃO (29 / 11 / 2010)

Local: Teatro Glauce Rocha – Rio de Janeiro/RJ

Temas debatidos: Formulação de diretrizes no campo da cultura e educação; Deliberações sobre o Plano Setorial de Teatro.

5. Pré-Conferências Setoriais

Com a palavra durante a 3ª Reunião Ordinária do Colegiado Setorial de Artes Visuais, o consultor da Secretaria de Políticas Culturais, Pedro Domingues, traçou as linhas gerais das Pré-Conferências Setoriais. O evento, realizado de 7 a 9 de março de 2010, em Brasília, mobilizou cerca de 2 mil pessoas em debates setoriais, envolvendo 19 áreas da cultura. Configurou-se, ainda, como uma etapa importante para o amadurecimento dos Colegiados Setoriais e para os avanços das discussões no setor cultural.

Contudo, antes da realização das Pré-Conferências, o projeto foi apresentado aos Colegiados Setoriais, com o objetivo de discutir o formato desenvolvido e receber propostas quanto a sua organização. Assim, abriu-se um espaço para a construção conjunta da Pré-Conferência de Artes Visuais que, entre outros objetivos, marcaria a renovação de todos os membros do Colegiado Setorial.

Em sua apresentação sobre as Pré-Conferências Setoriais, Pedro Domingues a caracterizou como uma proposta de organização da participação dos setores na Conferência Nacional de Cultura. Colocou que as Pré-Conferências Setoriais de Cultura têm caráter mobilizador, propositivo e eletivo e são instâncias regionais da II Conferência Nacional de Cultura, relacionadas às áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural com assento no Conselho Nacional de Política Cultural.

"Quanto às Pré-Conferências no regimento nacional de cultura, desde a primeira Conferência é previsto esse tipo de ação. Na primeira Conferência, o foco das Pré-Conferências Setoriais foram os movimentos sociais que tiveram encontros regionais, um por cada região. Já no processo de construção da segunda Conferência, foram observadas algumas questões que levaram a

essa proposta, e uma delas foi a constatação que na primeira Conferência Nacional de Cultura houve uma baixa representação dos setores artísticos culturais."

Segundo Pedro Domingues, o Ministério entendeu por bem que, nessa segunda edição da Conferência Nacional de Cultura, haver um processo de interlocução direta com os segmentos artísticos-culturais seria um ganho de qualificação dos debates. Para que as questões relativas aos setores artísticos-culturais e segmentos de patrimônio cultural fossem também melhor representados dentro desse contexto, a ideia seria que, a partir da realização dessas Pré-Conferências, houvesse canais de diálogos diretos entre o Ministério e os setores.

"Se em alguns setores isso já é recorrente, em outros não existe sequer uma interlocução inicial ainda. Então, o desafio que o Ministério se coloca é que se consiga constituir canais de interlocução com esses diversos segmentos, e aí o caráter mobilizador desses segmentos."

Pedro Domingues relatou, ainda, que os objetivos principais das Pré-Conferências seriam: promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões; fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, investidores e ativistas culturais; debater e encaminhar propostas relativas ao temário da II CNC; debater as diretrizes e ações específicas para cada segmento, de forma a contribuir com a formulação e avaliação dos respectivos Planos Nacionais Setoriais; eleger os delegados setoriais das cinco macrorregiões brasileiras para a II CNC, representantes das áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural com assento

no Plenário do CNPC; instalar os colégios eleitorais regionais, responsáveis pela eleição dos membros dos Colegiados Setoriais instalados no âmbito do CNPC, bem como pela elaboração de listas tríplexes com indicação de nomes que comporão a representação setorial do Plenário do CNPC; e eleger os membros dos Colegiados Setoriais constituídos no âmbito do CNPC para o exercício do mandato referente ao biênio 2010/2011, nos termos do Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural.

6. Análise das Políticas Implementadas

Durante a Reunião Conjunta dos Colegiados Setoriais, realizada no dia 6 de abril de 2010, foram apresentadas as políticas implementadas pelo Ministério da Cultura, com os avanços e desafios da política cultural no país. Destacou-se ainda a importância da sociedade civil, representada pelos Colegiados Setoriais, na formulação e controle dessas políticas.

ALFREDO MANEVY

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA

“Eu gostaria de saudar a todos e a todas, parabenizá-los pelo mandato recebido ao longo da última Conferência e das Pré-conferências Setoriais, e dizer que hoje é um dia de muita alegria e de muita importância para a participação efetiva dos setores culturais, da sociedade brasileira na construção da política pública de cultura. É também um dia de celebração e reflexão sobre os avanços e desafios da política cultural brasileira. A participação da sociedade e a participação dos setores da cultura é um elemento recente e inovador da construção dessas políticas, e ela é parte da mudança de paradigma e da mudança de perspectiva que começa em 2003, com a própria afirmação da noção de política pública para a cultura. Quando nós chegamos ao Ministério, em 2002/2003, não se trabalhava com política pública, não se tinha uma noção do que é uma política pública de cultura. Era o único Ministério da Esplanada que não tinha um convênio com os institutos de estatística de informações, como o IBGE, para compreender o seu campo de atuação. Vamos imaginar o que seria o Ministério da Educação sem ter os índices de evasão e reprovação dos estudantes, sem compreender onde estão as escolas nos territórios, sem compreender os desafios da educação brasileira..

Era essa a situação da cultura, uma falta de relação com o conjunto da sociedade. O Ministério era feito para poucos, que tinha alguns setores da cultura como foco da relação e, dentro desses setores, relacionavam-se com uma pequena parcela de artistas e produtores que alcançavam os recursos do Ministério. Ou seja, o Ministério não tinha como foco nem o conjunto da vida cultural brasileira e nem o conjunto da sociedade brasileira. E esse é um ponto e uma mudança geral de paradigma que torna possível que a gente fale de política pública, que nos guiou nesses sete anos. O Ministério da Cultura tem que dialogar e construir políticas para um conjunto, para todos os setores da vida cultural do país, sem ignorar nenhum desses setores, sem excluir nenhuma das suas tendências, sejam elas de tradição ou de inovação, sejam elas de que parte do território for. Um Ministério de fato à altura da nossa complexidade e da nossa diversidade cultural. Ao mesmo tempo, esse Ministério não poderia estar focado só naqueles que produzem e fazem cultura, sob pena de não compreender a sua grande missão, o seu grande papel no arcabouço das instituições públicas do Brasil, que é dar conta dos direitos culturais dos brasileiros e das brasileiras. E isso não é uma coisa que a sociedade brasileira tenha consensualizado na sua história recente, não é algo que as famílias políticas do país tenham trazido para o seu corpo de prioridades, é algo que, de fato, é preciso afirmar dia-a-dia para que se sedimente como um tema prioritário e estratégico do Brasil no século XXI.

Esse é um Ministério muito diferente do que foi concebido, em 1985. Quando foi criado, tinha um papel realmente periférico, banal e sua missão não era clara. Então quando falamos da abrangência da atuação desse Ministério, eu acredito que essa abrangência, hoje, são as Pré-Conferências Setoriais, a amplitude que esse Conselho e os Colegiados passaram a ter nesse último período, passando justamente a aceitar o desafio da abrangência. Internamente, o Ministério teve que colocar a abrangência como desafio de planejamento, de formulação de políticas para todas as áreas da cultura, logo demandando um orçamento público à altura dessa missão. O próprio esvaziamento do orçamento era sintomático da visão de uma não-política pública de cultura, ou de uma política cultural como transferência de responsabilidade, que se traduziu na Lei Rouanet, na qual explica a visão de Ministério que nós encontramos. E explica também a visão de Ministério que nós, com um imenso diálogo de contribuição da sociedade civil e do campo cultural, construímos nesses sete anos e com alicerces que vão dar fôlego para o Ministério do futuro, o Ministério que vai ter um grande papel no século XXI. Eu não tenho a menor dúvida que o Ministério da Cultura vai ser cada dia mais forte, cada dia mais influente, cada dia mais relevante e capacitado a intervir nas decisões do país.

Na verdade, nós temos áreas que avançaram mais do que outras, nesses anos todos, e não se trata aqui de nivelar e nem de achar que realizamos todo o trabalho. Há muitas insuficiências e há muitos desafios, mas a missão dos Colegiados é decisiva na questão de apontar novos problemas, novas metas e novas questões. Eu também faço questão de lembrar a afirmação dos conceitos básicos que permitem que a gente esteja aqui, hoje. Porque a noção de política pública não pode prescindir dos indicadores de informações produzidos pelo IBGE, e acredito que vocês poderão contar com essas informações. No sistema de indicadores culturais que a Secretaria de Políticas Culturais coordena, as informações vão ser insumos valiosíssimos para que vocês formulem propostas, apontem problemas e questões com um olhar generoso sobre o Brasil. Ao mesmo tempo, uma política pública não pode ser feita dentro de gabinete, não pode ser mera reprodução ou mera mimese das boas ideias que estavam em um programa de governo, mas a participação permanente e a atualização desse diálogo é decisivo para a oxigenação do Ministério.

Outro ponto a ser destacado é em relação à pactuação. Além de formular, os Colegiados pactuam, ou seja, consertam. Nós temos aqui muitos elos das cadeias produtivas, das cadeias criativas e representantes de instituições que, muitas vezes, atuam em parceria e que se olham como conjunto. E ao se olharem como conjunto, podem ir além de ações pontuais, propondo políticas para o conjunto das questões. Este é o grande desafio do ponto de vista da representação que os Colegiados têm. É um desafio que nós temos, no Ministério, e que os Colegiados também têm.

A representação em todos os segmentos artísticos abrange, dentro de cada um deles, elos e forças, expressões, empresários, artistas, criadores, distribuidores, que são diferentes entre si e que, raramente, sentam na mesma mesa para pensar um projeto de nação, um projeto global para suas áreas. E o processo das Pré-Conferências avançou muito nessa ampliação da representação, até para que nós

tenhamos aqui as contradições. É bom que aqui não seja um quorum de consensos, nem com o Ministério da Cultura e nem com os Colegiados. É bom que aqui tenhamos reproduzidas as tensões do Brasil, as necessidades de concentrações regionais, a necessidade de democratizar as economias da cultura e fortalecê-las por meio de novos modelos de negócios, a necessidade de estruturar processos, a necessidade de promover o acesso cultural à população brasileira. Então esses são aspectos vitais nesse processo de representação.

Os números que o IBGE nos revelou são surpreendentes, porque eles revelam algo que eu acho que todos nós aqui, empiricamente, já sabíamos, antes mesmo de chegarmos ao Ministério. Porém, ao revelar estatisticamente, fortaleceu o lugar estratégico que a cultura precisa ter na vida política do país. Os dados revelaram algo que, talvez, só os dados pudessem dizer, porque eu não me lembro de estar na fala política da sociedade brasileira, até pouco tempo atrás, os índices de exclusão cultural no Brasil. O que o IBGE revela é que em torno de 90% dos municípios não tem equipamentos culturais, representando 5.500 cidades no Brasil. Revela, também, que em torno de 85% a 90% da população brasileira não tem acesso à sala de cinema, leitura, museus, galerias de arte, centros culturais e bibliotecas. Esses números nos mostram uma das mais perversas manifestações da desigualdade social brasileira, ao longo de cinco séculos, e como ela se expressou na vida cultural do país. Isso lança ao Ministério um desafio já mencionado, que é o alcance universal dessas políticas. Então é aí que lança, nessa nova etapa tanto do Colegiado quanto do Conselho, uma missão para todos nós. E é o que nós, no Ministério, estamos frequentemente revisitando para que nunca se perca de vista, sem menosprezar, sem desconsiderar e sem subtrair todas as questões setoriais, de cada uma das áreas que tem alguma representação nesse Colegiado e no Conselho Nacional de Política Cultural.

Isso tudo é super importante. Não podemos pensar que a política cultural é a somatória das necessidades de cada setor, até porque isso é uma coisa decisiva do processo de política cultural do século XXI. Nós não conseguiremos ter uma economia forte nas áreas representadas, não conseguiremos ter política de formação e capacitação decisiva com a escala que precisa ter, não teremos aportes técnicos e tecnológicos que precisam ter, não teremos o dinheiro e investimento que precisa ter, se não incorporarmos, na narrativa da formulação de política pública, o alcance de todos os brasileiros como foco de acesso cultural no Brasil. Esses são temas centrais que apontam a altura da nossa missão e do nosso desafio aqui posto.

O Congresso Nacional também tem aberto as portas para a agenda cultural. Nós tivemos, em 2009, mais de dez projetos de lei ou projetos oriundos do próprio Congresso tramitando a todo vapor, com espaço privilegiado. Isso aconteceu, em grande parte, pela mobilização da sociedade civil, dos produtores e dos artistas que passaram a interagir com o Congresso. Assim como nós, do Ministério, que passamos a ter uma interação estratégica com o Congresso, uma relação muito qualificada, baseada em projetos de lei e em políticas públicas que foram focos de debates nos Colegiados Setoriais, no Conselho Nacional de Política Cultural, em consultas públicas e em debate com a imprensa. Esse método foi usado em todos os projetos de lei que o gabinete do Ministério lan-

çou no Congresso, como o Vale Cultura, a reforma da Lei Rouanet e o projeto de lei do Direito Autoral.

Em relação aos projetos oriundos do Congresso Nacional, cito a Proposta de Emenda Constitucional 150. Ela cria, na Constituição Federal, uma veiculação mínima de 2% para o orçamento cultural do país. Hoje, depois de oito anos de luta, chegamos a 1%. Isso é muito bacana, mas ainda é muito pouco. Porque a gente tem muito claro que o investimento em cultura deve ser uma tarefa estratégica do Estado brasileiro nesse século, e esse dinheiro ainda é pouco. Mas a PEC 150 estabelece um patamar que nós chamamos de piso de dignidade, ou seja, um patamar mínimo. Então é uma mudança muito importante de atitude do Congresso Nacional e também é muito importante a participação dos Colegiados.

Outra pauta que lá tramita é o Sistema Nacional de Cultura e a Cultura Como Direito Social, ou seja, a fixação assimilada da carta magna como um direito de todos os brasileiros e um direito social relevante. Entre todas essas reformas, uma em especial, que é do interesse de todos nós, é a reforma da Lei Rouanet. A reforma que nós mandamos para o Congresso foi debatida nos Colegiados, suas diretrizes foram debatidas no CNPC, passou por uma consulta pública de 45 dias e recebemos duas mil contribuições. De fato, a Lei Rouanet era de muito poucos. Os números revelam que, nesses 18 anos, 3% dos proponentes, dos artistas e produtores captaram mais da metade de todo esse dinheiro. Revelam, ainda, que duas cidades do Brasil captaram 80% de todo o recurso. Essa distorção chegou a um limite inaceitável. Então o Ministério fez um grande debate, o projeto de lei está no Congresso e ele cria o Fundo Nacional de Cultura como principal mecanismo de financiamento, ou seja, estabelece o orçamento público como principal organismo de gestão do orçamento da cultura e cria os fundos setoriais. Temas esses que também já apareceram nas pautas das Câmaras, Colegiados e nas Pré-Conferências Setoriais.

Esse ano, será implantado um modelo híbrido de fundos setoriais e vocês, nos Colegiados, vão ter um papel muito importante nisso. É uma proposta do Ministério para que haja uma participação dos Colegiados na construção dos investimentos estratégicos desse Fundo. Assim, além das grandes diretrizes, não vai faltar bons problemas para que os Colegiados se debrucem. E é importante dizer que o Ministério vai manter e aprofundar essa escuta e que esse lócus de formulação vai, a cada dia, ganhar uma importância maior na contribuição da política cultural brasileira. Vocês vão ter, sem dúvida nenhuma, um papel a cada dia mais garantidor, mais premente e central nesse processo.”

SRA. SILVANA MEIRELES

(SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL)

“No final da 1ª Conferência Nacional de Cultura, tínhamos como um dos desafios a instalação do Conselho Nacional de Política Cultural. Desafio esse que o Ministério trouxe para si e instalou, em 2007. Agora com a 2ª Conferência Nacional, nós temos o desafio de consolidar esse Conselho Nacional de Política Cultural, e os Colegiados agora reforçados terão papel decisivo nessa consolidação do Conselho. Os Colegiados têm uma responsabilidade no fortalecimento do Conselho, que representa a participação e articulação da sociedade civil na construção, avaliação e

acompanhamento das políticas públicas de cultura. E os Colegiados têm também, junto conosco, a tarefa de transferir essa experiência no campo federativo, ou seja, para estados e municípios. Acredito que o Sistema Nacional de Cultura, que é uma das nossas pautas importantes e foi um dos pontos mais votados nas prioridades na 2ª Conferência Nacional, tem esse desafio, que é de instalar conselhos estaduais e municipais em todo o país, paritários.

Estamos vindo da 2ª Conferência Nacional de Cultura, uma conferência extremamente bem conduzida pelo Ministério e, sobretudo, pelos Colegiados. O fortalecimento do CNPC e dos Colegiados Setoriais, assim como todo o trabalho que foi feito por municípios e por estados desde a 1ª Conferência, com a assinatura dos protocolos de intenção por mais de dois mil municípios e por quase todos os estados brasileiros, foram responsáveis pelos resultados que tivemos na 2ª Conferência Nacional. Foram eleitas as 32 prioridades para o setor na Conferência Nacional, pelo plenário final, ao lado das prioridades setoriais, que também foram aprovadas em sua totalidade no plenário.

A Conferência e essas prioridades, tanto setoriais quanto gerais, apontam para a pauta que o CNPC e os Colegiados terão pela frente. Neste sentido, destaco três pontos importantes e que nós deveríamos pensar em trabalhar nos Colegiados de modo geral, que estão nas 32 prioridades. O primeiro deles diz respeito à cultura e educação, que foi uma presença decisiva e muito forte tanto nas Pré-Conferências Setoriais quanto na Conferência Nacional. É um desafio grande e creio que o Conselho Nacional de Política Cultural e os Colegiados, até pela presença de vários segmentos da sociedade e do próprio governo federal, estaduais e municipais, terão importante papel para que possamos avançar nessa maior interlocução entre cultura e educação.

O segundo ponto, que é bem imediato, diz respeito à consolidação da pauta que está no Congresso. Estão nas prioridades da 2ª Conferência Nacional consolidar o Sistema Nacional de Cultura, aprovar o Plano Nacional de Cultura e a PEC 150, ou seja, o conjunto de marcos regulatórios da Cultura. A reforma da Lei Rouanet também está citada como a maior prioridade da Conferência Nacional, e creio que o desafio do Conselho é grande. O papel dos Colegiados é fundamental junto a nós e ao Congresso Nacional, que tem sido um parceiro importante para que consigamos aprovar esse conjunto de marcos regulatórios e é quem vai garantir, em grande medida, esses avanços que foram feitos até agora.

O terceiro ponto que destaco é a capacitação. Capacitação artística, técnica e de gestores está presente tanto nas Pré-Conferências Setoriais quanto nas prioridades da II Conferência Nacional de Cultura. E nós sabemos que com esse aumento de recursos - 1% que nós já conseguimos, com a aprovação da PEC 150, com a criação do Fundo Pré-Sal - haverá uma injeção de recursos grande na cultura e precisamos estar preparados para esse novo mercado, para administrar esses recursos em todos os campos. Creio que esse é um desafio para todos os Colegiados Setoriais."

SR. JOSÉ LUIZ HERÊNCIA

(SECRETÁRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS)

"Hoje, no Brasil, vivemos um momento em que é possível dizer que existe uma política cultural contemporânea no nosso país, e esse é o momento em que vocês chegam para fortalecer esse processo. E se existe política cultural contemporânea, é preciso reconhecer que, durante muitos anos, havia apenas uma lei criada num contexto e em uma perspectiva em que Estado e mercado se opunham e a sociedade não fazia parte de qualquer tipo de processo, como hoje faz. O único mecanismo de uma lei criada de 1991 para 1992, que agora está completando 18 anos, e que se fantasiou de política cultural no Brasil. E quando digo que se fantasiou, podemos citar que o Ministério era o único que em 2002/2003 não tinha sequer um convênio com um órgão como o IBGE ou o IPEA, um órgão que coleta dados, interpreta esses dados e os transforma em indicadores. Significa que o Ministério não tinha nenhum plano de voo, não tinha nenhum instrumento de planejamento.

Por não ter instrumentos de planejamento e nenhuma ou quase nenhuma relação com a sociedade, a não ser um certo tipo de relação que se dava ainda dentro de um ambiente que a gente pode chamar de clientelista, um público muito específico, esse Ministério não possuía também orçamento. Então não existia nem instrumento de planejamento e nem capacidade de investimento. Hoje a situação é completamente diferente. Temos um Ministério e os Colegiados chegam aqui, nesse momento, para dar continuidade e fortalecer os trabalhos que os antecedentes fizeram. Vocês chegam, como diz no livro publicado sobre o CNPC, no ano da cultura. O ano da cultura, é claro, é uma bandeira, é um nome apenas para algo que é muito mais profundo.

E para que isso acontecesse era preciso reconhecer que o processo que levou à 2ª Conferência Nacional de Cultura foi muito importante. O aprimoramento metodológico em relação à 1ª Conferência se deu, pelo menos, em dois planos, sendo um plano horizontal, fazendo com que a Conferência chegasse a mais da metade dos municípios brasileiros e envolvesse cerca de 220 mil pessoas de todo o país. Por outro lado, verticalmente, aprofundando o diálogo com os setores ou com as formas de expressão artística e cultural. Isso é importante porque, de certa forma, a Conferência como ela se deu, o seu aprimoramento metodológico, exprime de forma muito clara algo que está no coração de toda a atuação do Ministério da Cultura e de seus dirigentes nesse momento. Se o Ministro Gilberto Gil, em alguma circunstância, disse que uma das marcas principais do Ministério da Cultura e da sua atuação é a abrangência, aqui também é representada na medida em que a gente aproxima setores que jamais se relacionaram com o Estado brasileiro de forma consistente, como moda, design ou artesanato. Exprime-se também pela demonstração clara de que não existe contradição entre abrangência e aprofundamento, entre abrangência e excelência. E quando eu digo excelência, eu digo o aprofundamento das questões propriamente estéticas, econômicas e políticas que dizem respeito à organização de cada um dos setores artísticos e culturais.

Para os que estão chegando, é importante fazer um alerta muito positivo, mas é da natureza de qualquer processo democrático, do jogo e da vida democrática,

que exista tensão. Apesar de existirem algumas áreas que conseguiram obter consenso, inclusive para a composição dos Colegiados, isso não é uma norma que precisa acontecer com todos os setores e jamais acontecerá. A tensão é o nervo da vida, e na vida social isso também é importante. Mas é preciso também muita generosidade em relação ao trabalho desenvolvido pelos seus antecessores. É preciso que os Colegiados se apropriem, com toda profundidade, de todo patrimônio produzido pelas Câmaras Setoriais e de tudo o que as dimensões das áreas que vocês representam produziram. Isso é importante e é importante também dizer que, em nenhum momento, o Ministério pensou ou pensa que a forma de organização de um setor artístico é redutível ou extensível a outros setores. Eu digo isso porque é preciso lembrar que o modelo das Câmaras Setoriais, de alguma forma, surgiu a partir da organização de uns setores ligados a indústria, ao desenvolvimento industrial e ao comércio. A complexidade do setor cultural é de outra natureza, é muito diferente. As questões são mais complexas aqui. Uma política cultural contemporânea precisa, sobretudo, avançar em relação à complexidade, agora com delicadeza, sabendo que em toda cadeia produtiva ou criativa existem setores que se organizam das duas formas, existem setores ainda que não têm capacidade de organização do ponto de vista econômico pleno. Tem uma frase que um jornalista usou em um artigo recente que para mim é muito importante: "Toda cadeia produtiva tem a força do seu elo mais fraco". Então é importante que todos nós contribuamos decisivamente para fortalecer os elos, mesmo os mais fracos, de cada cadeia produtiva, de cada cadeia criativa.

Em relação à questão dos planos setoriais, é necessário que todos vocês se apropriem do texto do Plano Nacional de Cultura. Esse plano é um instrumento de planejamento a longo prazo, mas o horizonte brasileiro hoje já transforma 10 anos em um prazo que não é tão longo assim. Até pela seguinte razão: é preciso que o setor cultural comece a se preparar para reagir ao próprio reposicionamento do país no quadro geopolítico atual. A economia da cultura brasileira vai se organizar como o país que está se tomando a 5ª economia do mundo, que tem uma classe média muito mais expressiva do que tinha há 10 anos e que vai sediar os dois maiores eventos esportivos do mundo que, diga-se de passagem, foram conquistados pelo Brasil tendo como base a diversidade cultural brasileira. Estava no discurso do presidente, no discurso do Comitê Olímpico e do Ministro dos Esportes a capacidade do Brasil de abrigar não uma coleção de borboletas, mas algo que a gente pode chamar, e esse é um conceito muito sofisticado, de diversidade cultural.

Toda essa diversidade cultural tem lugar no Plano Nacional de Cultura, que é exatamente um planejamento de médio e longo prazo com metas que precisam ser claras, qualitativas e quantitativas, para equipamentos culturais, organização dos setores, desenvolvimento econômico desses setores, desenvolvimento estético, em um contexto que o marco regulatório do financiamento é muito grande no Brasil, o marco da gestão cultural, os marcos regulatórios de planejamento são outros. A Lei Rouanet não conseguiu, ao longo dos seus 18 anos de existência, nem estimular a inovação e nem o fortalecimento das instituições culturais do Brasil. Ela não conseguiu nem desenvolver uma economia da cultura, nem fortalecer a necessidade de investimento em fatores ou em áreas de inovação da cultura brasileira. Tudo isso precisa ser revertido e os fatores de reversão precisam ser indicados dentro do Plano Nacional de Cultura.

Nós teremos, após a aprovação do Plano Nacional de Cultura no Senado e a sanção do presidente, um prazo legal de 180 dias para desenvolver metas e indicadores claros para o desempenho e para o seu acompanhamento. O trabalho junto aos Colegiados Setoriais e ao Conselho Nacional de Política Cultural será fundamental para que isso aconteça de forma consistente e para que o Plano Nacional de Cultura deixe de ser um instrumento meramente declaratório, passando a interferir verdadeiramente na vida da sociedade brasileira.”

SR. TADEU DI PIETRO

(DIRETOR DA FUNARTE)

“Tudo o que foi dito significa uma análise das políticas que têm sido implementadas e como tem se dado a interação entre o estado e a sociedade. Os Colegiados, como representantes dessa sociedade, são muito importantes nesse processo de transformação. Por mais que a gente tenha propostas, por mais que a gente tenha políticas, sem sua contribuição fica difícil poder avançar de forma mais estruturada.

Além daquilo que foi colocado até agora, eu queria fazer uma proposta de futuro. Muitos aqui foram reeleitos por esse período, então já conhecem os procedimentos, já sabem como a coisa se dá e têm a experiência daquilo que é o tratamento do processo. Àqueles que estão chegando, fazemos um pedido, no sentido de que o nosso tempo é sempre curto, cada vez mais curto, então temos a necessidade de estruturar toda uma série de demandas que foram coroadas a partir da Conferência Nacional. Acredito que dois eventos são referências para que possamos ter em mente em que ponto nós estamos no processo. O primeiro foi a Conferência Nacional de Cultura, onde praticamente todas as propostas que saíram das Pré-Conferências e dos Colegiados foram aprovadas. O segundo é a aprovação das Leis para a Cultura que estão no Congresso.

Quero lembrar que nesse processo, estamos correndo contra o tempo. A Funarte vem, a partir desses últimos anos, se operacionalizando, ainda que dentro de seus limites, com a ideia de estar cada vez mais próxima, não apenas da população, mas principalmente do artista e, acima de tudo, seguindo sua missão que é a capacitação e o aperfeiçoamento. Outra questão é também da circulação ou da fruição. A Funarte quer ir além daqueles espaços em que ela está atuando tradicionalmente, estamos querendo avançar. Um dos exemplos, além da circulação e da capacitação, é a possibilidade de ampliarmos os editais quantitativamente e abrangermos, além das linguagens tradicionais como artes cênicas, a música e as artes visuais, também a literatura.

Implantamos um grande projeto que é o Portal das Artes, para alcançarmos muito mais lugares, ainda que virtualmente. Nós estamos na primeira fase do Portal abrindo um canal de comunicação sobre nossas atividades, editais, prêmios, etc. Na segunda fase, estaremos classificando, contextualizando e digitalizando os acervos históricos da Funarte, um dos maiores acervos sobre as artes do país permitindo o acesso a tudo aquilo que hoje existe de registro dentro do Cedoc, acervos riquíssimos. Queremos promover a interatividade, a interlocução cada vez mais rápida. Que a cultura digital e as manifestações possam se dar dentro de um processo onde, às vezes, é muito difícil a comunicação ou a reunião presencial. O que propo-

mos é essa possibilidade de inclusão não apenas digital, no conceito tecnológico, mas também opinião, a participação, contemplar a expressão cultural do Brasil também dentro das novas tecnologias.

Dentro disso, ainda estamos trabalhando na questão da implementação de uma área de Comunicação, Informação e Dados. Dados esses que serão consolidados e disponibilizados a todos através do Portal das Artes. Para que tudo isso aconteça, há necessidade de que a Funarte tenha sua reestruturação aprovada e essa nova configuração já está no Congresso. A vocês queremos dizer que estamos à disposição para participar do processo dentro de todas as linguagens, inclusive nas novas áreas que perpassam a questão das interações, da transversalidade, arte digital, moda, artes cênicas, música, artes visuais, literatura ou toda a nova forma de processo cultural que se estrutura.

Compete a nós juntarmos esforços para viabilizar as transformações, principalmente através da discussão e participação na aprovação das leis que estão no Congresso, seja o Plano Nacional de Cultura, a nova Lei Rouanet, a PEC 150 ou o Vale-Cultura.

Depois da II Conferência, esse deve ser nosso objeto de reflexão e participação, para implantarmos as mudanças que almejamos para a cultura.”

7. Fundo Nacional de Cultura: Competências do Colegiado Setorial de Teatro

SR. KLÉBER ROCHA

(SEFC/MINC)

“Existe uma expectativa bastante forte por parte da sociedade com relação à apresentação do que seria o novo Fundo Nacional de Cultura. Vocês têm conhecimento que, tradicionalmente, a política pública de fomento e incentivo à cultural tem tido uma pauta muito mais voltada ao apoio por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal a Projetos Culturais, colocando nas mãos dos incentivadores privados o direcionamento de um conjunto de políticas públicas culturais, em que pese a utilização de recursos público para tal.

Então o poder público, por meio do Ministério da Cultura, entendeu que existe uma necessidade muito forte de que essa pauta se inverta. Ao invés dos produtores culturais, dos articuladores na área cultural terem uma movimentação quase que de porta em porta buscando apoio junto a incentivadores privados, que o poder público, de alguma maneira, amplie a sua calha. Assim, o Incentivo Fiscal permanece, mas não com a magnitude que estava colocada para ele. O governo federal aporta, já no ano de 2010, um volume expressivo de recursos para o Fundo Nacional de Cultura. E mesmo que a legislação, o PL específico que fala das alterações da Lei Rouanet e que apresenta o PROCULTURA, ainda esteja tramitando no Congresso Nacional, o Ministério da Cultura entende que nós temos condição sim, temos legitimidade, temos base legal para propormos, já de imediato, algumas alterações em relação à apresentação de propostas culturais, quer sejam nos formatos de prêmios, editais, bolsas ou mesmo demanda espontânea contemplados em um plano de trabalho anual.

A novidade que o MinC está trazendo, para o ano de 2010, é a apresentação, no início do segundo semestre, de um plano de trabalho anual do Fundo Nacional de Cultura. Esse plano de trabalho anual define quais são as principais diretrizes do Fundo Nacional de Cultura, delimita a sua estrutura gestora, apresenta os prazos de apresentação do conjunto das propostas, identifica quais instrumentos tradicionais nós estaríamos utilizando com relação à possibilidade de pagamento de prêmios, bolsas e conveniamentos, e mesmo transferência para estados e municípios, se for o caso. Para isso, nós teremos que, de alguma maneira, formatar a estrutura do Fundo.

O Fundo estará estruturado em oito programações específicas, nas quais os Colegiados Setoriais vão poder se enxergar com tranquilidade. Essas programações específicas, na verdade, são aquilo que nós chamamos de fundos setoriais, no PROCULTURA. Assim, teríamos programações específicas de Artes Visuais, Artes Cênicas, Música, Acesso e Diversidade, Patrimônio e Memória, Livro, Leitura, Literatura e Humanidades, Ações Transversais e Equalização de Políticas Culturais e Incentivo à Inovação do Audiovisual. O que tá sendo finalizado com relação ao Fun-

do Nacional de Cultura é que, dentro dessas programações específicas, tanto os editais quanto todas as formas de instrumentalização vão estar desenhadas para esses públicos. Quanto à programação específica chamada Ações Transversais e Equalização de Políticas Culturais, elas englobam todas as pautas que, de alguma maneira, não estão colocadas nas outras sete programações culturais, ou, estando contemplada nas outras programações, necessitam adotar um caráter de unidade em uma célula específica, de equalização.

O Fundo Nacional de Cultura também terá um órgão colegiado. Esse órgão colegiado é a estrutura de topo e essa estrutura de topo é a Comissão do Fundo Nacional de Cultura. A Comissão do Fundo Nacional de Cultura tem como presidente, o Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, e como participantes os secretários das unidades finalísticas, os presidentes das unidades vinculadas e o representante do gabinete do Ministro. Se fossemos pensar na última vez que a Comissão Nacional do Fundo se reuniu, ela quando se reunia não era com esse perfil. Ela sempre se reunia com representantes desses titulares e trabalhavam com uma pauta bem operacional, com relação ao manuseio de projetos que tinham um parecer produzido pelas unidades vinculadas. Passavam a reunião toda deliberando em relação à aprovação, aprovação com alguma ressalva ou reprovação desses projetos. No desenho que está sendo solicitado agora para 2010, essa comissão trabalhará com uma pauta específica com relação aos elementos estruturantes de uma política pública que realmente interessa. Não vão se ater a projetos e processos específicos, mas com programas e ações de interesse de todos os Colegiados Setoriais e das programações específicas, em uma pauta estruturante. Essas reuniões serão no mínimo três, durante o exercício, e podem ser convocadas de maneira extraordinária. A estrutura da Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura tem ainda esse desenho porque ela ainda está respaldada legalmente pela Lei 8.313, Lei Rouanet, e pelo Decreto 5.761 de 2006, que a regulamenta. Qualquer alteração formal na estrutura da Comissão somente a partir da sanção do PROCULTURA.

O segundo integrante da estrutura gestora do Fundo é um órgão executivo, que fica a cargo da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, a SEFIC. Este órgão executivo vai tratar da operacionalização, da organização dos processos e projetos de tramitação que serão recebidos no Ministério. Já o terceiro integrante dessa estrutura gestora são os órgãos consultivos, que são os Comitês Técnicos Específicos de Incentivo à Cultura. São nesses comitês técnicos, oito, ao todo, que os Colegiados Setoriais estarão representados. Cada Colegiado Setorial estará dentro de um desses comitês técnicos, que vão ter atribuições bem específicas no campo do assessoramento e da preparação das informações para o colegiado que compõe a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, propondo diretrizes e estratégias. Esses comitês técnicos também não vão debruçar-se com análise de projetos.

Neste sentido, os Comitês Técnicos de Incentivo à Cultura subsidiarão a elaboração dos programas e ações do Plano Nacional de Cultura apresentado ao Ministério da Cultura, através de uma das programações específicas. Terão composição paritária entre gestores públicos de governo, especialistas nas áreas setoriais e representantes da sociedade civil. Cada um de seus membros será nomeado

por ato do Ministro da Cultura e serão presididos pelos titulares das secretarias ou órgãos do Ministério da Cultura, responsáveis estatutariamente pela área setorial específica correspondente.

Por último, a estrutura do Fundo compreende um órgão de monitoramento que está a cargo da Secretaria de Políticas Culturais, a SPC. Então, os comitês técnicos poderão subsidiar o Órgão de Monitoramento na elaboração de critérios técnicos para a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, em consonância com o Plano Nacional de Cultura, e observadas as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional do Fundo Nacional de Cultura.

Assim, a novidade que está sendo implementada em relação à participação dos Colegiados Setoriais na gestão pública cultural, no que refere ao Fundo Nacional de Cultura, é a possibilidade efetiva do Colegiado tornar-se parceiro na construção e na estruturação dos elementos que requalificam o FNC."

8. Plano Setorial de Teatro

DOCUMENTO BASE:
Secretaria de Políticas
Culturais - SPC
Fundação Nacional de
Artes – FUNARTE
Colegiado Setorial
de Teatro

CAPÍTULO I – DO ESTADO

. Fortalecer a função do estado na institucionalização das políticas culturais para o teatro

. Intensificar o planejamento de programas e ações voltadas ao campo teatral

. Consolidar a execução de políticas públicas para o teatro

1.1 Estabelecer, em articulação com Estados, Municípios e Distrito Federal, política nacional de apoio e incentivo ao teatro em todas as suas etapas - formação, estudo, pesquisa, especialização, memória, registro, criação, produção, difusão e manutenção de coletivos de trabalho continuado.

1.1.1 Elaborar lei específica de fomento ao teatro que atenda às especificidades do setor e garanta periodicidade anual de destinação de recursos.

1.1.2 Garantir recursos orçamentários para prêmios e editais nacionais de incentivo ao teatro.

1.1.3 Promover a sinergia entre os diversos programas e ações desenvolvidas pelo Ministério da Cultura para o setor de teatro.

1.1.4 Estabelecer e divulgar política de ocupação dos teatros públicos e estimular seu uso pelos grupos locais.

1.1.5 Criar e implementar políticas de apoio à manutenção, pesquisa e produção teatral para coletivos teatrais de trabalho continuado.

1.1.6 Criar e implementar editais específicos para a produção e circulação para as modalidades de teatro de rua, teatro de formas animadas e teatro para a infância e juventude.

1.1.7 Articular com o Ministério do Trabalho e Emprego proposta de revisão da lei que regulamenta as atividades profissionais de artistas, técnicos e produtores teatrais, buscando garantir condições para negociação de contratos de trabalho e o acesso a serviços sociais do Estado, como assistência à saúde e todos os benefícios previdenciários.

1.1.8 Promover estudos e estimular a elaboração de leis que visem à redução da carga tributária ou a isenção fiscal para as atividades teatrais.

1.1.9 Promover o teatro brasileiro no exterior, através de mostras, seminários, intercâmbios e publicações.

1.1.10 Promover a subvenção de ingressos para a popularização do teatro.

1.2 Incentivar a criação e manutenção de espaços cênicos de modo a estimular o acesso, descentralizar e democratizar a produção teatral.

1.2.1 Criar e implementar políticas de fomento, inclusive com o apoio à abertura de linhas de crédito especiais, para a construção, reforma, recuperação, adaptação e manutenção de espaços públicos ou privados, fechados e a céu aberto, destinados às atividades cênicas.

1.2.2 Promover incentivos para que os municípios tenham espaços adequados para apresentação da produção teatral, assim como para a recepção de grupos em circulação.

1.2.3 Desenvolver política de fomento a unidades móveis, buscando equipá-las com infra-estrutura adequada para apresentações em áreas remotas.

1.2.4 Desenvolver política de fomento para a ocupação e utilização de espaços públicos a céu aberto, como equipamento cultural e artístico; incentivando o uso gratuito das praças e ruas para grupos e companhias de teatro de rua.

1.2.5 Promover estudo para o estabelecimento de critérios visando a criação de um selo de certificação de excelência de espaços teatrais, em parceria com estados, distrito federal e municípios.

CAPÍTULO II – DA DIVERSIDADE

. Reconhecer e valorizar a diversidade de manifestações teatrais

. Proteger e promover as artes e expressões teatrais

2.1 Difundir e preservar as atividades e a memória da produção teatral.

2.1.1 Estimular programas de registro documental e de recuperação e

preservação da memória das atividades teatrais.

2.1.2 Estimular a criação de programas específicos para o teatro na rede de bibliotecas e a constituição de acervos voltados para a atividade teatral.

2.1.3 Constituir programas de orientação tanto técnica, quanto conceitual para grupos, companhias e coletivos teatrais no que concerne a produção e conservação de documentos e registros.

2.1.4 Estudar o sistema de memorial da Funarte e do Centro Cultural São Paulo como modelo para um projeto memorial nacional.

2.1.5 Fazer levantamento das instituições no país que possuem acervos sobre teatro, visando o seu aperfeiçoamento e melhoria das instalações físicas, do conteúdo e do acesso.

CAPÍTULO III – DO ACESSO

. Universalizar o acesso dos brasileiros à arte teatral

. Qualificar ambientes e equipamentos teatrais para a formação e fruição do público

. Permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção teatral

3.1 Fomentar a inclusão da educação teatral e formação de público na rede de ensino.

3.1.1 Estimular a introdução do Teatro como disciplina optativa nas escolas, ministrada por profissionais habilitados, favorecendo a formação de público.

3.1.2 Estimular o acesso de estudantes e professores, dos níveis fundamental, médio e superior, às atividades teatrais.

3.1.3 Estabelecer programas de incentivo a projetos de formação de público.

3.1.4 Incentivar escolas a desenvolverem ações de apoio à criação teatral.

3.1.5 Estimular a utilização do espaço da escola pública como equipamento cultural.

3.1.6 Apoiar a realização de congressos de escolas teatrais do país.

3.1.7 Criar editais de fomento para o teatro universitário e programas de circulação de obras cênicas e pesquisa.

3.2 Desenvolver política de formação acadêmica, artística e técnica em parceria com instituições públicas e privadas.

3.2.1 Incentivar a ampliação da oferta de cursos e atividades de teatro nas Universidades, Institutos e Escolas Técnicas.

3.2.2 Articular com Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a destinação de recursos para ações de formação na área de teatro.

3.2.3 Estimular a criação e implantação de cursos de Licenciatura, Bacharelado, Tecnológico e de Pós-graduação em Teatro, em todos Estados e Distrito Federal.

3.2.4 Desenvolver programa de formação continuada em teatro para professores de artes.

3.2.5 Criar edital para fomento de programas não formais de ensino continuado de teatro.

3.2.6 Estimular a inclusão de artistas e artistas-pesquisadores sem titulação acadêmica, mas com experiência artística reconhecida nos programas das universidades, por meio de parceria com MEC.

3.2.7 Estimular a elaboração de programas curriculares que incentivem o reconhecimento das práticas teatrais populares - teatro de rua, teatro de bonecos, entre outros.

3.2.8 Criar programas e ações de estímulo ao estudo e pesquisa de grupos e companhias teatrais e editais para pesquisas em estudos teatrais de natureza teórica.

3.2.9 Incentivar o ensino da leitura dramática dentro do ensino da língua portuguesa do ensino médio.

3.2.10 Articular com o MEC a criação de plano de qualificação docente direcionado a artistas profissionais de teatro com experiência, para que possam trabalhar em escolas públicas como professores de teatro em atendimento à educação infantil e do primeiro e do segundo ciclos do ensino fundamental.

3.3 Ampliar o acesso, difundir a produção e promover a circulação e o intercâmbio do teatro no Brasil.

3.3.1 Apoiar a realização de festivais e mostras teatrais em todo o país, de acordo com suas realidades regionais, reconhecendo a diversidade cultural das práticas teatrais.

3.3.2 Buscar articulação entre os níveis municipal, estadual, distrital, regional e federal para promover um Circuito Teatral Brasileiro, incluindo mostras, encontros e festivais, buscando organizar os eventos em um calendário nacional articulado.

3.3.3 Estimular que as mostras, encontros e festivais desenvolvam ações com ênfase na formação (debates, seminários, palestras, oficinas, exposições).

3.3.4 Estimular os atuais festivais internacionais de teatro e fomentar a criação de novos projetos internacionais a serem desenvolvidos no Brasil.

3.3.5 Apoiar a criação de um fórum de mostras e festivais de teatro do país, visando à articulação entre as instituições realizadoras.

3.3.6 Incentivar e apoiar a circulação dos espetáculos teatrais, no país, através da parceria do MinC com instituições privadas e com órgãos distrital, estaduais e municipais de cultura.

3.3.7 Criar bolsas de intercâmbio nacional entre escolas e grupos de teatro.

3.4 Reconhecer e fortalecer as diversas práticas teatrais.

3.4.1 Apoiar o reconhecimento profissional de mestres de ofício da área teatral, por meio do título de “notório saber”.

3.4.2 Criar e implementar programas de qualificação, sustentabilidade e circulação, específicos para o teatro de rua, teatro de formas animadas e teatro para a infância e juventude.

3.4.3 Criar e implementar programas de estímulo ao teatro de pesquisa e a exploração de linguagens.

3.4.4 Criar programa de estímulo ao teatro amador, associativo, comunitário e vocacional.

. Ampliar a participação da atividade teatral no desenvolvimento socioeconômico

. Promover as condições necessárias para a consolidação da economia da atividade teatral

. Induzir estratégias de sustentabilidade nos processos das atividades teatrais

4.1 Difundir e fortalecer os mecanismos de comunicação e divulgação da atividade teatral

4.1.1 Mapear e fomentar as publicações teatrais do país como livros, revistas, jornais, fanzines e sites.

4.1.2 Estimular e fortalecer a constituição de espaços de divulgação para as atividades teatrais nas mídias.

4.1.3 Difundir a atividade teatral, por meio de parcerias com a rede pública de comunicação.

4.1.4 Criar e implementar programas de difusão da produção literária teatral em diferentes suportes.

4.2 Promover o levantamento e avaliação de dados estatísticos do setor teatral

4.2.1 Levantar dados e informações sobre a cadeia produtiva do teatro, a partir de parâmetros definidos pelo Colegiado Setorial de Teatro, objetivando fornecer diagnósticos sobre o setor e orientar a destinação de recursos.

4.2.2 Ampliar e atualizar o sistema de acompanhamento das informações e dados relativos às ações, editais e recursos econômicos da área cultural,

CAPÍTULO IV – DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

de forma a garantir a transparência e o acompanhamento dos processos em curso.

4.3 Promover a qualificação do profissional de teatro.

4.3.1 Estimular a oferta de cursos técnicos, cursos de graduação e programas de pós-graduação em Gestão Cultural nas instituições de ensino.

4.3.2 Criar parcerias entre a FUNARTE e outras entidades públicas e privadas para a instalação de um programa nacional de treinamento e formação continuada do corpo técnico em teatro, e de gestão cultural.

4.3.3 Estimular o empreendedorismo

CAPÍTULO V – DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

. Estimular a organização de instâncias consultivas

. Construir mecanismos de participação da sociedade civil

. Ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores

5.1 Criar canais de consulta, crítica e sugestões para acompanhamento e participação da sociedade nas políticas públicas de cultura.

5.1.1 Estimular a participação de representantes da sociedade civil, associações e cooperativas de teatro na formulação dos editais públicos destinados à atividade teatral.

5.2 Fortalecer instâncias consultivas e de participação direta

para o acompanhamento e avaliação das políticas públicas para o setor teatral.

5.2.1 Manter em funcionamento os colegiados e fóruns setoriais, estimulando a propagação nacional, para que sirvam como espaço de reflexão das políticas públicas de cultura.

5.2.2 Estimular a promoção sistemática de fóruns de debate permanentes em parceria com os estados e Distrito Federal, com ênfase na discussão de marcos legais adequados à gestão e ao financiamento de políticas públicas em teatro, assim como, a promoção de um fórum e/ou congresso nacional.

5.2.3 Constituir e estimular instâncias permanentes de participação social no monitoramento e avaliação dos resultados dos programas, projetos e ações realizadas pelo MinC.

5.2.4 Fortalecer associações brasileiras que possuam caráter de discussão, pesquisa e difusão do fazer teatral.

5.2.5 Ampliar a participação da sociedade civil no Colegiado Setorial de Teatro, garantindo a representação por Estado.

